268/2026/AAL

Pato Branco, *datado e assinado digitalmente*.

Ao Senhor
JOECIR BERNARDI
Presidente

Prezado, atraves do presente encaminhamos resposta complementar ao of.220/2026 no que se refere orequerimento 314/2026..

Cumprimentamos os dignos vereadores pelo trabalho realizado em favor do nosso município, assim como nos colocamos sempre à disposição para os esclarecimentos que se fizerem necessários.

Atenciosamente,

VALMIR DALLACOSTA
Assessor de Assuntos Legislativos

Assinado por 1 pessoa: VALMIR DALLA COSTA
Para verificar a validade das assinaturas, acesse https://patobranco.1doc.com.br/verificacao/9EA9-DE7D-BA8C-B55D e informe o código 9EA9-DE7D-BA8C-B55D

VERIFICAÇÃO DAS ASSINATURAS

Código para verificação: 9EA9-DE7D-BA8C-B55D

Este documento foi assinado digitalmente pelos seguintes signatários nas datas indicadas:

VALMIR DALLA COSTA (CPF 340.XXX.XXX-91) em 16/04/2026 12:48:24 GMT-03:00
Papel: Parte
Emitido por: Sub-Autoridade Certificadora 1Doc (Assinatura 1Doc)

Para verificar a validade das assinaturas, acesse a Central de Verificação por meio do link:

https://patobranco.1doc.com.br/verificacao/9EA9-DE7D-BA8C-B55D

MUNICÍPIO DE
PATO BRANCO

Memorando 4- 9.710/2026

De: Cristian S. - SMA-LAA

Para: SEC-EXEC-AL - Assuntos Legislativos

Data: 16/04/2026 às 08:10:14

Setores envolvidos:

SMA, SMA-LAA, SEC-EXEC, SEC-EXEC-AL

Detalhamento quanto ao CISPAR e o Convênio ITAIPU - Requerimento nº 314 de 2026.

Prezados Segue Resposta completa ao Requerimento 314 para encaminhamento a Câmara.

_

Cristian Eduardo Spiecker
Engenheiro Ambiental
CREA PR - 205.593/D

Anexos:
emissao_26B4DF43D2EFB6B5FFEC83A8_memorando_10_9_806_2026_assinado_versaoImpressao.pdf
emissao_A62F12476891B51DF92B2BA5_memorando_11_9_806_2026_assinado_versaoImpressao.pdf
em_69DF7AECA4CBEEAA5D2E4CB5_memorando_9_817_2026_completa.pdf
em_EC8F3B663F62FE8166C11E4B_memorando_9_806_2026_completa.pdf
MODALIDADES_DE_INGRESSO_E_ACESSO_A_SERVICOS_TECNICOS.pdf

Assinado por 1 pessoa: VICENTE LUCIO MICHALISZYN
Para verificar a validade das assinaturas, acesse https://patobranco.1doc.com.br/verificacao/E943-14F6-3A14-2F9C e informe o código E943-14F6-3A14-2F9C

VERIFICAÇÃO DAS ASSINATURAS

Código para verificação: E943-14F6-3A14-2F9C

Este documento foi assinado digitalmente pelos seguintes signatários nas datas indicadas:

VICENTE LUCIO MICHALISZYN (CPF 734.XXX.XXX-53) em 16/04/2026 08:49:46 GMT-03:00
Papel: Parte
Emitido por: Sub-Autoridade Certificadora 1Doc (Assinatura 1Doc)

Para verificar a validade das assinaturas, acesse a Central de Verificação por meio do link:

https://patobranco.1doc.com.br/verificacao/E943-14F6-3A14-2F9C

MUNICÍPIO DE
PATO BRANCO

Memorando 10- 9.806/2026

De: Elizandra S. - SAF-DC

Para: SMA-EAT - Setor Estratégico e Análise Técnica

Data: 15/04/2026 às 09:46:34

Setores (CC):

SMA-EAT, SEC-EXEC

Setores envolvidos:

SAF, SAF-DC, SMA, SMA-EAT, SEC-EXEC

Estudo detalhado de impacto orçamentário-financeiro decorrente da adesão ao consórcio, nos termos da Lei Complementar nº 101/2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal) - CISPAR

Segue anexo o impacto orçamentário e financeiro e a declaração de disponibilidade.

–

Elizandra Kovalski

Município de Pato Branco
Contadora

Anexos:
Declaracao_disponibilidade_orc_e_finac_CISPAR.pdf
Impacto_Adesao_CISPAR.pdf

Assinado por 1 pessoa: ELIZANDRA KOVALSKI NUNES DA SILVA
Para verificar a validade das assinaturas, acesse https://patobranco.1doc.com.br/verificacao/26B4-DF43-D2EF-B6B5 e informe o código 26B4-DF43-D2EF-B6B5

DECLARAÇÃO DE DISPONIBILIDADE FINANCEIRA E ORÇAMENTÁRIA

Declaro, sob as penas da Lei, e em conformidade com a Lei de Diretrizes Orçamentária vigente e com a Lei Complementar nº 101, de 04/05/2000, que dispomos dos recursos orçamentários e financeiros, para pagamento da mensalidade da adesão ao Consórcio Intermunicipal de Saneamento - CISPAR.

Os recursos destinados ao exercício de 2026 encontram-se previstos na Lei Orçamentária Anual – LOA nº 6.548, de 22 de dezembro de 2025. Caso necessário, poderão ser realizados remanejamentos ou ajustes orçamentários, dentro dos limites legais, com a finalidade de assegurar a continuidade dos serviços públicos e o cumprimento das metas estabelecidas, conforme previsto na legislação orçamentária vigente.

Para os exercícios subsequentes, a previsão dos valores necessários será devidamente contemplada nas respectivas Leis Orçamentárias Anuais, de acordo com as necessidades e a capacidade financeira do Município.

Ressalta-se que esta declaração é de responsabilidade do ordenador de despesas do órgão ou entidade, a quem compete assegurar que a realização das despesas ocorra em estrita observância às normas legais e que os recursos públicos sejam aplicados de forma eficiente, econômica e responsável.

A presente declaração de disponibilidade orçamentária e financeira não constitui autorização para a realização de despesas além dos limites legais, devendo ser observados, em todas as ações da Administração Pública, os princípios da legalidade, moralidade, eficiência e economicidade.

Pato Branco/PR, 15 de abril de 2026.

Assinado por 1 pessoa: ELIZANDRA KOVALSKI NUNES DA SILVA
Para verificar a validade das assinaturas, acesse https://patobranco.1doc.com.br/verificacao/26B4-DF43-D2EF-B6B5 e informe o código 26B4-DF43-D2EF-B6B5

DEMONSTRATIVO DE IMPACTO ORÇAMENTÁRIO E FINANCEIRO

Adesão CISPAR - Consórcio Intermunicipal de Saneamento

Em atendimento ao disposto no art. 16 e art. 17 da Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal), apresenta-se o demonstrativo do impacto orçamentário e financeiro decorrente da adesão ao Consórcio Intermunicipal de Saneamento - CISPAR.

O objetivo é demonstrar o impacto orçamentário e financeiro decorrente da adesão do Município ao consórcio, cuja única obrigação financeira consiste no pagamento de mensalidade no valor de R$ 700,00 (setecentos reais).

Despesa mensal:	
R$ 700,00	
Cálculo anual:	
R$ 700,00 × 12 mese	**R$ 8.400,00/ano**
RCL 02/2026	R$ 627.142.739,16
Impacto	**0,00134%**

A despesa é considerada de baixo impacto, pois possui valor reduzido frente ao orçamento municipal, pode ser absorvida pelas dotações existentes de fonte livre e por ser despesa contínua de custeio, sem geração de encargos adicionais relevantes.

A despesa é compatível com o Plano Plurianual (PPA), com a Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) e com a Lei Orçamentária Anual (LOA), pois está alinhada às políticas públicas relacionadas ao objeto do consórcio.

Diante do exposto, informamos que a despesa decorrente da adesão ao consórcio possui adequação orçamentária e financeira, está compatível com o planejamento municipal e não compromete as metas fiscais estabelecidas. Bem como não gera impacto significativo nas finanças municipais, sendo plenamente viável sob os aspectos orçamentário e financeiro.

Pato Branco, 15 de abril de 2026.

Assinado por 1 pessoa: ELIZANDRA KOVALSKI NUNES DA SILVA
Para verificar a validade das assinaturas, acesse https://patobranco.1doc.com.br/verificacao/26B4-DF43-D2EF-B6B5 e informe o código 26B4-DF43-D2EF-B6B5

VERIFICAÇÃO DAS ASSINATURAS

Código para verificação: 26B4-DF43-D2EF-B6B5

Este documento foi assinado digitalmente pelos seguintes signatários nas datas indicadas:

ELIZANDRA KOVALSKI NUNES DA SILVA (CPF 042.XXX.XXX-31) em 15/04/2026 09:56:22 GMT-03:00
Papel: Parte
Emitido por: Sub-Autoridade Certificadora 1Doc (Assinatura 1Doc)

Para verificar a validade das assinaturas, acesse a Central de Verificação por meio do link:

https://patobranco.1doc.com.br/verificacao/26B4-DF43-D2EF-B6B5

Ofício nº 078/2026

Pato Branco, *assinado e datado digitalmente.*

Ao
Ilustríssimo Senhor
Joecir Bernardi
Presidente da Câmara Municipal de Pato Branco

Assunto: Resposta ao Requerimento nº 314/2026

Excelentíssimo Senhor,

Em atenção ao Requerimento Nº 314/2026, de autoria da senhora vereadora signatária Thania Maria Caminski Gehlen - PP, que solicita informações técnicas e detalhadas necessárias ao Projeto de Lei n° 69/2026, que ratifica, com reservas, o contrato de consórcio público do Consórcio Intermunicipal de Saneamento Do Paraná – CISPAR Comunica-se que:

Em reposta ao questionamento 01 que diz:

> *Que seja encaminhado estudo detalhado de impacto orçamentário financeiro decorrente da adesão ao consórcio, nos termos da Lei Complementar nº 101/2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal), especialmente quanto:*
>
> *a) à previsão de despesas com contrato de rateio;*
>
> *b) à estimativa de custos diretos e indiretos;*
>
> *c) à compatibilidade com a Lei Orçamentária Anual, Plano Plurianual e Lei de Diretrizes Orçamentárias;*

Em anexo segue Memorando 9.806/2026 completo com a documentação emitida denominado DEMONSTRATIVO DE IMPACTO ORÇAMENTÁRIO E FINANCEIRO Adesão CISPAR - Consórcio Intermunicipal de Saneamento aliada a DECLARAÇÃO DE DISPONIBILIDADE FINANCEIRA E ORÇAMENTÁRIA emitido pelo departamento de contabilidade do Município de Pato Branco - PR, conforme exercício de suas atribuições específicas, atendendo aos requisitos citados.

Em reposta ao questionamento 02 que diz:

> *Que seja informado se já existe minuta de contrato de rateio a ser celebrado com o consórcio, encaminhando cópia integral, com indicação clara:*
>
> *a) dos valores a serem aportados pelo Município;*
>
> *b) da periodicidade dos repasses;*
>
> *c) das obrigações financeiras futuras;*

Em anexo segue Contrato modelo que será empregue para firmar contrato com o Consórcio Intermunicipal de Saneamento - CISPAR, que atende os requisitos solicitados.

Assinado por 1 pessoa: VICENTE LUCIO MICHALISZYN
Para verificar a validade das assinaturas, acesse https://patobranco.1doc.com.br/verificacao/A62F-1247-6891-B51D e informe o código A62F-1247-6891-B51D

Em reposta ao questionamento 03 que diz:

> *Que seja esclarecido se haverá transferência, delegação ou compartilhamento de competências relativas a:*
>
> *a) regulação;*
>
> *b) fiscalização;*
>
> *c) prestação dos serviços;*
>
> *d) poder de polícia administrativa;*
>
> *e) com indicação expressa dos instrumentos jurídicos que formalizarão tais atos;*

Fica expressamente consignado que a celebração do presente contrato não importará transferência, delegação, compartilhamento ou qualquer forma de alteração das competências municipais relativas à regulação, fiscalização, prestação dos serviços e poder de polícia administrativa, as quais permanecerão integralmente sob titularidade e exercício do Município de Pato Branco, sem modificação.

Em reposta ao questionamento 04 que diz:

> *Que seja encaminhado estudo técnico que demonstre a vantajosidade econômica da adesão ao consórcio em comparação com a prestação direta ou outras formas de contratação, inclusive com análise de economicidade;*
>
> *Que seja informado se há previsão de cessão de servidores, bens públicos ou estrutura administrativa ao consórcio, especificando:*
>
> *a) quantidade;*
>
> *b) natureza;*
>
> *c) impacto financeiro;*
>
> *Que seja esclarecido se a adesão implicará, direta ou indiretamente:*
>
> *a) criação ou majoração de taxas, tarifas ou preços públicos;*
>
> *b) assunção de obrigações pretéritas do consórcio;*
>
> *c) vinculação de receitas municipais;*

Em anexo segue Parecer completo do CISPAR assinado pelo senhor JEFFERSON LAUER VALENDORF Coordenador-Geral, descrevendo das vantagens de participação junto ao CISPAR.

Destaca-se que como o Município irá aderir a Modalidade III, não haverá outros impactos, nem cessão de servidores, nem de bens públicos.

A adesão não implicará na criação ou majoração de taxas tarifas ou preços públicos.

Não haverão obrigações pretéritas aos consórcio.

Haverá a obrigatoriedade de pagamento somente dos R$700,00 mensais conforme o estudo financeiro atestou, único motante a ser vinculado das receitas municipais.

Assinado por 1 pessoa: VICENTE LUCIO MICHALISZYN
Para verificar a validade das assinaturas, acesse https://patobranco.1doc.com.br/verificacao/A62F-1247-6891-B51D e informe o código A62F-1247-6891-B51D

Em reposta ao questionamento 05 que diz:

Que seja encaminhado parecer jurídico completo da Procuradoria do Município acerca:

a) da constitucionalidade da adesão;

b) da compatibilidade com a Lei Federal nº 11.107/2005;

c) dos riscos jurídicos envolvidos;

Que seja informado se há estudos ou relatórios que demonstrem:

a) a capacidade técnica do consórcio;

b) indicadores de desempenho;

c) resultados obtidos por outros municípios consorciados;

Em anexo segue Parecer Jurídico Completo atestando a viabilidade do contrato com o CISPAR.

Renova-se a disposição para prestar esclarecimentos adicionais, caso necessário.

Atenciosamente,

Vicente Lucio Michaliszyn

Secretário de Meio Ambiente

Assinado por 1 pessoa: VICENTE LUCIO MICHALISZYN
Para verificar a validade das assinaturas, acesse https://patobranco.1doc.com.br/verificacao/A62F-1247-6891-B51D e informe o código A62F-1247-6891-B51D

VERIFICAÇÃO DAS ASSINATURAS

Código para verificação: A62F-1247-6891-B51D

Este documento foi assinado digitalmente pelos seguintes signatários nas datas indicadas:

VICENTE LUCIO MICHALISZYN (CPF 734.XXX.XXX-53) em 16/04/2026 07:54:43 GMT-03:00
Papel: Parte
Emitido por: Sub-Autoridade Certificadora 1Doc (Assinatura 1Doc)

Para verificar a validade das assinaturas, acesse a Central de Verificação por meio do link:

https://patobranco.1doc.com.br/verificacao/A62F-1247-6891-B51D

Memorando 4- 9.817/2026

De: Marcelo M. - GAB-AJG

Para: SMA - Secretaria de Meio Ambiente

Data: 01/04/2026 às 11:09:33

Prezado Secretário!

Segue o parecer conforme requerido.

RELATÓRIO

Submete-se à análise desta Assessoria Jurídica o Requerimento nº 314/2026, formulado no âmbito da tramitação do Projeto de Lei nº 69/2026. O requerimento solicita ao Executivo informações técnicas e detalhadas sobre a adesão do Município de Pato Branco ao CISPAR, incluindo itens jurídicos e não jurídicos.

Para os fins desta manifestação, foram examinados o texto do projeto, o próprio requerimento, a Resolução nº 03, de 20 de março de 2023, que aprovou a nova redação do Contrato de Consórcio Público do CISPAR, o Estatuto Social consolidado, a Resolução CISPAR nº 048/2025, o Memorando nº 9.817/2026, o Ofício nº 064/2026 da Secretaria Municipal de Meio Ambiente, o Aditamento 1 ao Convênio nº 4500073800/4500073801 e o Contrato Administrativo nº 01/2026, firmado entre o Município de Cruzeiro do Oeste e o CISPAR.

Registra-se que a presente manifestação considerou a Resolução nº 03/2023 como base normativa principal do regime jurídico do CISPAR; o Aditamento 1 ao Convênio nº 4500073800/4500073801 como elemento contextual e complementar do arranjo institucional do Programa Coleta Mais / Expansão UVR; e o Contrato Administrativo nº 01/2026 como parâmetro comparativo de execução, sem transposição automática de seus efeitos ao Município de Pato Branco.

É o relatório.

DELIMITAÇÃO DA COMPETÊNCIA DA ASSESSORIA JURÍDICA

A presente manifestação responde somente aos questionamentos jurídicos constantes do Requerimento nº 314/2026. Não integram o objeto deste parecer, por não constituírem matéria própria da Assessoria Jurídica do Gabinete, os pedidos de: estudo de impacto orçamentário-financeiro concreto; estimativa de custos diretos e indiretos; demonstração de vantajosidade econômica; comparação com outras formas de contratação; capacidade técnica operacional do consórcio; indicadores de desempenho; resultados obtidos por outros municípios; e avaliação de conveniência administrativa ou mérito técnico-ambiental.

Esses pontos dependem de manifestação dos setores técnicos, financeiros, contábeis e da secretaria materialmente competente. A distinção se justifica, inclusive, porque a Lei Complementar nº 101/2000 trata dessas exigências em termos próprios, especialmente nos arts. 15, 16, caput, incisos I e II, e 17, que cuidam da regularidade da geração de despesa, da estimativa de impacto orçamentário-financeiro e da despesa obrigatória de caráter continuado.

Compete a esta Assessoria, no âmbito do requerimento, responder juridicamente sobre: a constitucionalidade e a legalidade da adesão; a compatibilidade do projeto com a Lei nº 11.107/2005, art. 1º, caput; art. 8º, caput e § 1º; e art. 13, caput e § 3º; com o Decreto nº 6.017/2007, art. 8º, § 1º; e com a Lei nº 11.445/2007, art. 8º, caput; a existência ou não de transferência automática de competências; a necessidade de instrumentos específicos; a possibilidade de criação ou majoração de taxas, tarifas e preços públicos; a assunção de obrigações pretéritas; a vinculação de receitas; o controle e a fiscalização jurídica do consórcio; a cessão de servidores e bens sob a ótica normativa; e a relevância jurídica da documentação anexada.

RESPOSTAS JURÍDICAS AO REQUERIMENTO Nº 314/2026

1. **Sobre a constitucionalidade da adesão e a compatibilidade com a Lei nº 11.107/2005**

Esta assessoria opina que a adesão do Município a consórcio público é juridicamente possível, em tese. A Constituição Federal prevê a cooperação entre entes federados por meio de consórcios públicos nos termos do art. 241, e a Lei nº 11.107/2005 disciplina a contratação de consórcios públicos pelos entes da Federação, nos termos do art. 1º, caput. O Decreto nº 6.017/2007 regulamenta esse regime. Assim, não há, em abstrato, inconstitucionalidade na proposição legislativa que ratifica, com reservas, o Contrato de Consórcio Público do CISPAR, aprova seu Estatuto Social e autoriza o Município a formular pedido de ingresso.

A técnica adotada no Projeto de Lei nº 69/2026 é juridicamente mais correta ao falar em pedido de ingresso, e não em ingresso automático, pois a documentação do CISPAR demonstra que a adesão superveniente depende da disciplina interna do consórcio e da deliberação de seus órgãos próprios. Nesse ponto, a Resolução nº 03/2023, que aprovou a nova redação do Contrato de Consórcio Público, foi considerada como base principal da análise.

2. **Sobre a transferência, delegação ou compartilhamento de competências de regulação, fiscalização, prestação dos serviços e poder de polícia administrativa**

Do ponto de vista jurídico, a simples ratificação legislativa e o ingresso no consórcio não transferem automaticamente ao CISPAR ou ao ORCISPAR a titularidade dos serviços públicos municipais de saneamento básico, nem as competências de planejamento, regulação, fiscalização, poder de polícia administrativa ou prestação dos serviços.

A Lei nº 11.445/2007, art. 8º, admite que os titulares dos serviços públicos de saneamento básico deleguem a organização, a regulação, a fiscalização e a prestação desses serviços; e a Lei nº 11.107/2005, art. 13, caput, prevê a constituição e regulação dessas obrigações por contrato de programa.

Além disso, a Lei nº 11.107/2005, art. 13, § 3º, veda cláusula que atribua ao contratado o exercício dos poderes de planejamento, regulação e fiscalização dos serviços por ele próprio prestados. Por isso, a redação revisada do projeto, ao afastar a transferência automática e condicionar efeitos concretos a instrumentos específicos, é juridicamente adequada.

Em consequência, a resposta jurídica ao requerimento é que qualquer transferência, delegação ou compartilhamento relativo à regulação, fiscalização, prestação dos serviços ou poder de polícia dependerá de instrumento próprio, como contrato de programa, convênio de cooperação, convênio regulatório ou outro ajuste cabível, a ser examinado no momento oportuno.

3. **Sobre a criação ou majoração de taxas, tarifas ou preços públicos**

Juridicamente, é essencial distinguir taxa de tarifa/preço público. A taxa possui natureza tributária e, portanto, não pode ser instituída nem majorada sem lei municipal específica, em observância ao princípio constitucional da legalidade tributária, previsto no art. 150, inciso I, da Constituição Federal.

Por essa razão, é juridicamente correta a reserva expressa do art. 4º, inciso I, do projeto, segundo a qual não produzirá efeitos, no âmbito do Município de Pato Branco, interpretação do Contrato de Consórcio Público ou do Estatuto Social que autorize a instituição, majoração ou exigência de taxa sem lei municipal específica.

Já tarifas e preços públicos podem receber disciplina regulatória ou contratual, desde que observada a legislação aplicável e os instrumentos próprios. Assim, a resposta jurídica ao requerimento é: não há autorização automática, pelo projeto de lei, para criação ou majoração de taxa municipal; tarifa e preço público, por sua vez, não decorrem automaticamente da adesão e dependerão do regime jurídico específico do serviço e dos atos posteriores cabíveis.

4. **Sobre a assunção de obrigações pretéritas do consórcio**

A resposta jurídica é negativa quanto à assunção automática. O projeto corretamente prevê que seus efeitos serão prospectivos e veda a atribuição automática de obrigações financeiras, regulatórias, sancionatórias ou patrimoniais relativas à período anterior ao ingresso efetivo do Município.

Essa cautela é juridicamente pertinente, sobretudo porque a documentação do CISPAR contém regra transitória de convalidação de atos pretéritos do consórcio. Sem a ressalva legal municipal, poderia haver interpretação extensiva indevida em desfavor do Município ingressante.

Portanto, para fins de resposta ao requerimento, registra-se que o projeto não autoriza nem impõe, por si, assunção automática de obrigações pretéritas do CISPAR.

5. **Sobre a existência de contribuição mensal e seus efeitos jurídicos**

A Resolução CISPAR nº 048/2025 fixou, para o exercício de 2026, contribuição mensal de R$ 700,00 para atividades exclusivas dos municípios contemplados pelo Convênio de Expansão UVR / Programa Coleta Mais. O Memorando nº 9.817/2026 e o Ofício nº 064/2026 indicam que essa é a finalidade específica que motivou a proposição legislativa local.

Isso não invalida, por si só, a adesão do Município. Em consórcios públicos, é juridicamente admissível a entrega de recursos ao consórcio por meio de contrato de rateio, nos termos da Lei nº 11.107/2005, art. 8º, caput, segundo a qual os entes consorciados somente entregarão recursos ao consórcio público mediante esse instrumento, e art. 8º, § 1º, que exige sua formalização em cada exercício financeiro.

Logo, a existência de contribuição mensal exigível para participar do convênio não cria vício automático na adesão; ela apenas confirma que a adesão não é financeiramente neutra e que sua execução exige observância do rito legal,

orçamentário e contratual.

A cautela jurídica relevante é outra: não se pode exigir nem pagar validamente esse rateio sem ingresso regular no consórcio, sem deliberação da Assembleia Geral do CISPAR, sem formalização do contrato de rateio e sem suporte orçamentário bastante. A própria Lei nº 8.429/1992, art. 10, inciso XV, tipifica como ato de improbidade que causa lesão ao erário celebrar contrato de rateio de consórcio público sem suficiente e prévia dotação orçamentária, ou sem observância das formalidades previstas em lei.

6. **Sobre a vinculação de receitas municipais**

Do ponto de vista jurídico, o Projeto de Lei nº 69/2026 não produz, por si só, vinculação automática de receitas municipais. O que ele faz é autorizar o pedido de ingresso e prever a possibilidade de celebração posterior de instrumentos específicos.

Eventuais obrigações financeiras futuras decorrerão de contrato de rateio e/ou de outros ajustes cabíveis, observada a legislação fiscal, financeira e orçamentária aplicável, inclusive a Lei Complementar nº 101/2000, arts. 15, 16 e 17. Portanto, não há, no texto do projeto, vinculação automática e genérica de receitas do Município ao CISPAR.

7. **Sobre a cessão de servidores, bens públicos ou estrutura administrativa ao consórcio**

Nos limites da competência jurídica desta Assessoria, a resposta é a seguinte: a lei de ingresso não autoriza cessão automática de servidores, bens ou estrutura administrativa. O projeto corretamente condiciona eventual cessão a ato administrativo específico, motivação de interesse público e observância da legislação municipal aplicável.

No plano local, o Decreto Municipal nº 9.153/2022, conforme os documentos constantes dos autos, disciplina a cessão de servidores públicos efetivos; e, para os fins aqui relevantes, foi considerado especialmente o art. 15 (disponibilidade orçamentária ou financeira do órgão responsável pelo ônus do ressarcimento), o art. 21 (competência da autoridade máxima do órgão ou entidade para autorizar a cessão) e o art. 22 (publicação oficial das cessões). Assim, qualquer cessão futura dependerá de exame jurídico próprio, à vista da situação concreta.

Os aspectos quantitativos, materiais e financeiros da eventual cessão — como número de servidores, natureza dos bens, impacto financeiro e oportunidade administrativa — não são respondidos por este parecer, por dependerem de instrução técnica e administrativa específica.

8. **Sobre os riscos jurídicos envolvidos**

Os principais riscos jurídicos identificados são os seguintes:

Primeiro, o risco de leitura indevida do projeto como se ele implicasse transferência automática de competências municipais, em desconformidade com a Lei nº 11.445/2007, art. 8º, caput, e com a disciplina do contrato de programa da Lei nº 11.107/2005, art. 13, caput e § 3º. Esse risco foi mitigado pela redação e pelas reservas legais do projeto.

Segundo, o risco de interpretação extensiva de dispositivos do contrato ou do estatuto para admitir taxa sem lei municipal específica, em afronta ao art. 150, inciso I, da Constituição Federal, mitigado pela reserva expressa do art. 4º, inciso I, do projeto.

Terceiro, o risco de se imputarem ao Município obrigações pretéritas do consórcio, mitigado pela cláusula de prospectividade e de não assunção automática de passivos anteriores.

Quarto, o risco de formalização de contrato de rateio sem observância da legislação orçamentária e financeira, especialmente em desconformidade com a Lei nº 11.107/2005, art. 8º, caput e § 1º, com o Decreto nº 6.017/2007, art. 8º, § 1º, e com a Lei nº 8.429/1992, art. 10, inciso XV.

Quinto, o risco patrimonial relativo à reversibilidade de bens eventualmente transferidos ao consórcio, mitigado pela reserva patrimonial do projeto.

9. **Sobre o controle e a fiscalização das atividades exercidas pelo consórcio**

Juridicamente, o controle das atividades do consórcio pelo Município não desaparece com a adesão. Ele decorre, em primeiro lugar, da própria participação institucional do ente consorciado nos órgãos e deliberações do consórcio, na forma dos seus instrumentos constitutivos.

Em segundo lugar, subsiste o controle externo exercido pelo Poder Legislativo e pelos órgãos de controle competentes sobre os recursos públicos municipais que venham a ser transferidos ou comprometidos.

Em terceiro lugar, a execução de instrumentos específicos, como contrato de programa ou contrato de rateio, sujeita-se aos mecanismos ordinários de fiscalização contratual e de prestação de contas.

No plano normativo federal, a submissão do consórcio e de seus instrumentos ao regime jurídico da Lei nº

MUNICÍPIO DE
PATO BRANCO

Memorando 9.806/2026

De: Cristian S. - SMA-EAT

Para: SAF-DC - Departamento de Contabilidade

Data: 31/03/2026 às 08:33:22

Setores envolvidos:

SAF, SAF-DC, SMA, SMA-EAT, SEC-EXEC

Estudo detalhado de impacto orçamentário-financeiro decorrente da adesão ao consórcio, nos termos da Lei Complementar nº 101/2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal) - CISPAR

Bom dia Prezados

Em virtude do Projeto de Lei Ordinária nº 69 de 2026 - houve o Requerimento nº 314 de 2026 -

https://sapl.patobranco.pr.leg.br/materia/33573

o supracitado tem por objetivo firmar contrato com o CISPAR, visando participar do convênio ColetaMais nos termos do Art, 3° da RESOLUÇÃO Nº 048, DE 10 DE DEZEMBRO DE 2025 em anexo.

Em anexo:
modelo de legislação - LEI 5.128/2024
Contrato realizado em outro município
Minuta do Convênio ITAIPU, PARQUETEC e CISPAR
Resolução 48/2025.

Conforme o Artigo 3° o custo de adesão ao CISPAR nestes moldes é de R$700,00 mensais.

Site do CISPAR - https://www.cispar.pr.gov.br/site/

Telefone de contato Jefferson do CISPAR - 44 3123-2802

—

Cristian Eduardo Spiecker
Engenheiro Ambiental
CREA PR - 205.593/D

Anexos:

ADI_4500073800_4500073801_Aditamento_1_minuta.pdf

Contrato_de_Programa_FINAL.pdf
Lei_5_128_Francisco_Beltrao_LEI_CISPAR.pdf
Oficio_n_064_cispar_urgencia.pdf
of_168_em_resposta_ao_rerc_324.pdf
requerimento_no_314_2026.pdf
Resolucao_048_2025_Define_valores_do_rateio_para_2026.pdf

Assinado digitalmente (emissão) por:

Assinante	Data	Assinatura	
Vicente Lucio Michaliszyn	31/03/2026 08:54:15	1Doc	VICENTE LUCIO MICHALISZYN CPF 734.XXX.XXX-53

Para verificar as assinaturas, acesse **https://patobranco.1doc.com.br/verificacao/** e informe o código: **EC8F-3B66-3F62-FE81**

INSTRUMENTO PARTICULAR DE ADITAMENTO 1 AO CONVÊNIO Nº 4500073800/4500073801, QUE ENTRE SI CELEBRAM ITAIPU, FUNDAÇÃO PARQUE TECNOLÓGICO ITAIPU-BRASIL (ITAIPU PARQUETEC), E CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SANEAMENTO DO PARANÁ (CISPAR).

ITAIPU, entidade binacional constituída nos termos do Artigo III do Tratado firmado entre a República Federativa do Brasil e a República do Paraguai, em 26 de abril de 1973, com sedes em Brasília – DF, no Setor Comercial Sul - SCS, Quadra 09, Lote C, Bloco A, Torre B, Edifício Parque Cidade Corporate, Salas 704 e 705, Asa Sul, CEP 70.308-200, e em Assunção – Paraguai, na Avenida España, nº 850 c/ Perú, inscrita no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ) sob o nº 00.395.988/0001-35, com escritório na cidade de Foz do Iguaçu - PR, na Av. Silvio Américo Sasdelli, nº 800, Vila A (CNPJ: 00.395.988/0014-50), sendo a Usina Hidrelétrica de Itaipu localizada em Foz do Iguaçu – PR (CNPJ: 00.395.988/0012-98) na Avenida Tancredo Neves, 6731, e em Hernandarias – Paraguai, na Av. Supercarretera de Itaipú, s/n, neste ato representado por seu Diretor-Geral Brasileiro e por seu Diretor-Geral Paraguaio, que assinam digitalmente;

e, na qualidade de CONVENIADAS, a **FUNDAÇÃO PARQUE TECNOLÓGICO ITAIPU-BRASIL (ITAIPU PARQUETEC),** neste documento denominada simplesmente ITAIPU PARQUETEC, pessoa jurídica de direito privado, sem fins lucrativos, inscrita no CNPJ/MF sob o n. 07.769.688/0001-18, com sede na cidade de Foz do Iguaçu-PR, na Av. Tancredo Neves, nº 6731, Caixa Postal 1511, CEP 85856-970, Parque Tecnológico Itaipu-PTI/ME, neste ato representada por seu Diretor Superintendente e por seu Diretor de Tecnologias, que ao final assinam digitalmente;

e o **CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SANEAMENTO DO PARANÁ,** neste documento denominado simplesmente CISPAR, pessoa jurídica de direito público, de natureza autárquica, inscrita no CNPJ/MF sob o n. 04.823.494/0001-65, com sede em Jussara – PR, na Rua Sofia Tachini, s/nº, Jardim Bela Vista, CEP: 87.230-000, neste ato representada por seu Presidente e por seu Diretor-Executivo, que ao final assinam digitalmente;

resolvem, de comum acordo, celebrar o presente TERMO DE ADITAMENTO, na forma das cláusulas e condições a seguir estabelecidas:

Este documento foi assinado digitalmente por: Justo Aricio Zacarias Irun, Irineu Mario Colombo, Alexandre Goncalves Leite, Valter Luiz Bossa, Fabio Chicaroli, Enio Jose Verri, Vera Lucia Souza Passos e Rerisom Laverde Silva.

CAPÍTULO I
DO OBJETO DO ADITAMENTO

CLÁUSULA PRIMEIRA. Constitui objeto do presente Aditamento nº 01 ao Convênio nº 4500073800/4500073801:

(i) alteração do Plano de Trabalho;
(ii) autorização para utilização parcial de saldo de aplicação financeira, com modificação do valor do Convênio;
(iii) alteração da proporção de repasse de recursos às CONVENIADAS;
(iv) alteração nos valores de contrapartida econômica das CONVENIADAS; e
(v) prorrogação do prazo de vigência do Convênio.

CAPÍTULO II
DOS DOCUMENTOS INTEGRANTES DO ADITAMENTO

CLAÚSULA SEGUNDA. Integra o presente instrumento de ADITAMENTO o Plano de Trabalho atualizado (Plano de Gerenciamento de Projeto) – Anexo I.

Parágrafo único. Em caso de dúvida ou divergência entre o previsto neste ADITAMENTO 1 e no seu anexo ou documentos correlatos, prevalecerá sempre o estabelecido neste ADITAMENTO, e o estabelecido no anexo prevalecerá sobre as disposições dos documentos correlatos.

CAPÍTULO III
DA FORMA E CONDIÇÕES DO REPASSE DOS RECURSOS FINANCEIROS

CLÁUSULA TERCEIRA. À Cláusula Oitava acresce-se o seguinte parágrafo único:

> ***Parágrafo único****. Os valores referentes aos repasses observarão, doravante, os cronogramas de desembolso estabelecidos no novo Plano de Trabalho, constante como anexo I deste ADITAMENTO.*

CAPÍTULO IV
DO VALOR DO ADITAMENTO

CLÁUSULA QUARTA. A CONVENIADA CISPAR fica autorizada a utilizar parcialmente o saldo das aplicações financeiras, no valor de R$ 5.483.053,52 (cinco milhões, quatrocentos e oitenta e três mil, cinquenta e três reais e cinquenta e dois centavos), conforme item “12.1. Resumo dos Recursos” do Plano de Trabalho, Anexo I deste Aditamento.

Parágrafo único. A Cláusula Vigésima Nona passa a vigorar com a seguinte redação:

Este documento foi assinado digitalmente por: Justo Aricio Zacarias Irun, Irineu Mario Colombo, Alexandre Goncalves Leite, Valter Luiz Bossa, Fabio Chicaroli, Enio Jose Verri, Vera Lucia Souza Passos e Rerisom Laverde Silva.

***CLÁUSULA VIGÉSIMA NONA**. Para todos os efeitos legais, dá-se ao presente CONVÊNIO o valor total de **R$ 128.485.815,92** (cento e vinte e oito milhões, quatrocentos e oitenta e cinco mil, oitocentos e quinze reais e noventa e dois centavos), sendo:*

***a) R$ 118.612.837,22** (cento e dezoito milhões, seiscentos e doze mil, oitocentos e trinta e sete reais e vinte e dois centavos) correspondentes aos repasses de ITAIPU;*

***b) R$ 5.483.053,52** (cinco milhões, quatrocentos e oitenta e três mil, cinquenta e três reais e cinquenta e dois centavos) correspondentes à utilização de rendimentos da aplicação financeira;*

***c) R$ 1.530.275,73** (um milhão, quinhentos e trinta mil, duzentos e setenta e cinco reais e setenta e três centavo) a título de contrapartida econômica da ITAIPU PARQUETEC; e*

***d) R$ 2.859.649,45** (dois milhões, oitocentos e cinquenta e nove mil, seiscentos e quarenta e nove reais e quarenta e cinco centavos) a título de contrapartida econômica do CISPAR.*

CAPÍTULO V
DA VIGÊNCIA

CLÁUSULA QUINTA. A Cláusula Trigésima passa a ter a seguinte redação:

***CLÁUSULA TRIGÉSIMA**. O presente CONVÊNIO tem vigência de 48 (quarenta e oito) meses, contados a partir da data da sua assinatura.*

CAPÍTULO VI
DA QUITAÇÃO

CLÁUSULA SEXTA. As CONVENIADAS dão à ITAIPU integral quitação das obrigações assumidas e já executadas até a presente data no âmbito do Convênio ora aditado, comprometendo-se a não reivindicar eventuais direitos que julgue possuir relativamente àquele período.

CAPÍTULO VII
DA RATIFICAÇÃO

CLÁUSULA SÉTIMA. Ficam ratificadas todas as demais cláusulas e condições do Convênio nº **4500073800/4500073801**, que não tenham sido modificadas, suprimidas ou alteradas por este Aditamento.

E, por estarem de pleno acordo, os partícipes assinam digitalmente o presente termo.

Este documento foi assinado digitalmente por: Justo Aricio Zacarias Irun, Irineu Mario Colombo, Alexandre Goncalves Leite, Valter Luiz Bossa, Fabio Chicaroli, Enio Jose Verri, Vera Lucia Souza Passos e Rerisom Laverde Silva.

Foz do Iguaçu, na data da(s) assinatura(s) eletrônica(s).

P/ITAIPU:

DIRETOR-GERAL BRASILEIRO	DIRETOR-GERAL PARAGUAIO
(ASSINATURA DIGITAL)	(ASSINATURA DIGITAL)

P/ ITAIPU PARQUETEC:

DIRETOR SUPERINTENDENTE	DIRETOR DE TECNOLOGIAS
(ASSINATURA DIGITAL)	(ASSINATURA DIGITAL)

P/ CISPAR:

PRESIDENTE	DIRETOR-EXECUTIVO
(ASSINATURA DIGITAL)	(ASSINATURA DIGITAL)

TESTEMUNHAS:

_____ _____

Este documento foi assinado digitalmente por: Justo Aricio Zacarias Irun, Irineu Mario Colombo, Alexandre Goncalves Leite, Valter Luiz Bossa, Fabio Chicaroli, Enio Jose Verri, Vera Lucia Souza Passos e Rerisom Laverde Silva.

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 01/2026.

Pelo presente, de um lado o Município de Cruzeiro do Oeste, pessoa jurídica de direito público interno inscrita no CNPJ sob o 76.381.854/0001-27, com sede na Rua João Ormindo de Resende, 686, Centro, doravante denominado contratante, neste ato representado pelo representante ao final assinado e, de outro, o Consórcio Intermunicipal de Saneamento do Paraná, Consórcio Público de Direito Público inscrito no CNPJ do sob o nº 04.823.494/0001-65, com sede na Rua Sofia Tachini, 237, Jardim Bela Vista, CEP 87.230-000, no Município de Jussara, Estado do Paraná, neste ato representado por seu Diretor Executivo, o Sr. Valter Luiz Bossa, portador do RG n° 4.253.775-6 (SESP/PR), doravante denominado contratante contratado, têm entre si justo e contratado, com inteira sujeição à Lei Federal nº 11.107, de 2005, ao Decreto Federal nº 6.017, de 2007, e ao Contrato de Consórcio Público e Estatuto do Consórcio Intermunicipal de Saneamento do Paraná, o que segue.

CLÁSULA PRIMEIRA – DOS FUNDAMENTOS

Este contrato de programa tem por finalidade o seguinte: considerando que o Município de Cruzeiro do Oeste está formalmente consorciado ao Consórcio Intermunicipal de Saneamento Básico do Paraná, conforme a Lei Ordinária n.º 80, de 25 de fevereiro de 2026, considerando as finalidades e objetivos do consórcio em questão, tais como referidas em seu Contrato de Consórcio Público e Estatuto, a intermediação entre o CONVÊNIO de cooperação da ITAIPU e PTI para desenvolvimento do projeto denominado "Disseminação da metodologia Programa de Gestão de Resíduos Sólidos (Programa GRS) por meio da implementação, apoio e estruturação de unidades de referências em reciclagem - Expansão UVR", com o Plano de Trabalho descrito no contrato de convênio supracitado.

CLÁUSULA SEGUNDA– DO OBJETO (art. 33, caput, I do Decreto Federal nº 6.017, de 2007).

Este contrato de programa tem por objeto a intermediação para implementação da reciclagem, desenvolvida pelo Programa de Gestão de Resíduos Sólidos da ITAIPU Binacional

em parceria com a Itaipu Parquetec, por meio de assessoria técnica e estruturação assistida e apoio na estruturação, tornando-as exemplos multiplicadores de boas práticas em gestão de recicláveis com a inclusão socioprodutiva de catadores com o desenvolvimento das seguintes atividades em nível de planejamento, com a transferência parcial dos seguintes serviços:

1) Elaboração de diagnóstico e prognóstico para municípios de grande porte, visando a inovação tecnológica e monitoramento das unidades beneficiadas através do Reciclômetro e estruturação dos programas de coleta seletiva, com equipamentos e veículos, conforme necessidade identificada e disponibilidade de recursos financeiros do convênio ora descrito.

2) Após o diagnóstico e estruturação do município selecionado para a implantação das unidades de referência, onde o município poderá receber apoio e estruturação por meio de equipamentos e veículos, conforme disponibilidade de recursos previstos no convênio.

CLÁUSULA TERCEIRA – DA ÁREA DA PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS POR MEIO DE COOPERAÇÃO FEDERATIVA (art. 33, caput, I do Decreto Federal nº 6.017, de 2007).

As atividades em nível de planejamento, a serem executadas pelo contratado, serão prestadas em sua sede administrativa ou em outros locais previamente definidos, bem como no Município de Cruzeiro do Oeste, aproveitando a todos os usuários dos serviços de saneamento prestados pelo contratante, de forma indireta, haja vista a melhoria das condições de eficácia e eficiência deste visando o atendimento aos padrões definidos no plano de trabalho anexo ao convênio.

CLÁUSULA QUARTA – DO PRAZO (art. 33, caput, I do Decreto Federal nº 6.017, de 2007*)*.

O presente contrato terá vigência pelo prazo de **12 (doze) meses**, a contar da data de sua assinatura, observados os requisitos legais.

CLÁUSULA QUINTA – DO MODO, FORMA E CONDIÇÕES DE PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS (art.33, caput, II do Decreto Federal nº 6.017, de 2007).

As atividades em nível de planejamento, com a transferência parcial de serviços, a serem executadas pelo contratado, serão prestadas com as seguintes especificidades:

1) Apoio a estruturação do programa municipal de coleta seletiva com inclusão socioprodutiva de catadores condicionada a quesitos como infraestrutura e equipamentos, sobretudo, relevante fator e assessoria técnica para o planejamento e otimização dos serviços e sistemas de manejo de resíduos nos termos apresentado no plano de trabalho**;**

2) Aquisição e administração de bens e projetos para o uso do município, se necessário de forma compartilhada com os demais integrantes do convênio condicionada a disponibilidade financeira e liberação de recursos provenientes do convênio;

3) Gestão dos recursos junto aos entes conveniados e apoio à gestão eficiente do saneamento básico no que diz respeito aos serviços de manejo de resíduos no município: essas atividades dependerão dos critérios de oportunidade e conveniência da Presidência e/ou Diretoria Executiva do contratado, podendo haver sugestões, discussões e/ou revisões do assunto em Assembleia Geral.

CLÁUSULA SEXTA – DOS CRITÉRIOS, INDICADORES E PARÂMETROS DEFINIDORES DA QUALIDADE DOS SERVIÇOS (art. 33, caput, III do Decreto Federal nº 6.017, de 2007).

A qualidade dos serviços ficará intrinsecamente relacionada às sugestões e reclamações do contratante formulados junto ao contratado; diante disso, ficam estabelecidos os seguintes parâmetros:

1) Durante a execução, se o contratante constatar que os serviços foram prestados a contento e podem ser melhorados, poderão ser apresentadas sugestões ao contratado, formalmente, por qualquer meio idôneo; e

2) Durante a execução, se o contratante constatar que os serviços não foram prestados a contento, podem ser apresentadas reclamações ao contratado, formalmente, por qualquer meio idôneo, o qual verificará o respectivo teor e providenciará soluções e/ou esclarecimentos.

CLÁUSULA SÉTIMA – DO PREÇO E DA SUA FIXAÇÃO, REVISÃO E REAJUSTE (art. 33, caput, IV do Decreto Federal nº 6.017, de 2007).

Em razão da execução, pelo contratado, dos encargos e serviços referidos nos §§1º e 2º da Cláusula Quinta, o contratante pagará àquele o preço total de **R$ 8.400,00** (total/anual); o qual será composto da seguinte forma: 12 (doze) parcelas mensais de **R$ 700,00** (setecentos reais); iguais e sucessivas.

§1º Fica definido que as parcelas mensais do mês serão pagas até o vigésimo dia do mês seguinte.

§2º Fica estabelecido que a assinatura do contrato em qualquer dia do mês ocasionará o pagamento da parcela mensal referente ao próprio mês de assinatura, independentemente do dia em que ocorrer a assinatura.

§3º Fica definido que os vencimentos referidos no *caput* desta cláusula serão prorrogados para o primeiro dia útil subsequente caso recaiam em dias não úteis.

§4º A contratação derivada deste contrato onerará a seguinte dotação orçamentária do contratante: dotação orçamentária nº 12.001.18.541.0073.2.294, elemento de despesa nº 3.3.90.39.00.00 e fonte nº 1000.

§5º As faturas vencidas e não pagas sofrerão acréscimo de multa de 2% (dois por cento) sobre o valor devido, desde a data do vencimento até o efetivo pagamento.

CLÁUSULA OITAVA – DOS PROCEDIMENTOS DE TRANSPARÊNCIA E PERIODICIDADE (art. 33, caput, V e XIII do Decreto Federal nº 6.017, de 2007).

Competirá ao contratado fornecer, periodicamente, as informações financeiras necessárias para que sejam consolidadas todas as despesas realizadas com recursos entregues

em virtude do presente contrato, de forma que possam ser contabilizados nas contas do contratante, consoante estabelecido pela Lei de Responsabilidade Fiscal.

§1º O fornecimento das informações ao contratante acerca de determinado mês ocorrerá até o dia 15 (quinze) do mês subsequente.

CLÁUSULA NONA – DOS DIREITOS E OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE E DO CONTRATADO (art. 33, caput, VI do Decreto Federal nº 6.017, de 2007)

São obrigações:

1) por parte do contratado, prestar adequadamente o objeto contratado, e notadamente:

a) fornecer as informações financeiras necessárias para que sejam consolidadas todas as despesas realizadas com recursos entregues em virtude do presente contrato, de forma que possam ser contabilizados nas contas do contratante, consoante estabelecido pela Lei de Responsabilidade Fiscal;

b) zelar pelos bens patrimoniais colocados a sua disposição;

c) cumprir adequadamente com todas as suas obrigações constantes no Contrato de Consórcio Público e Estatuto;

2) por parte do contratante, as constantes neste contrato, bem como no Contrato de Consórcio Público e Estatutos, notadamente fazer o pagamento pontual do preço previsto neste contrato, bem como consignar em suas leis orçamentárias ou em créditos adicionais as dotações suficientes para suportar as despesas assumidas por meio deste instrumento, sob pena de sofrer as penalidades estatutárias.

§1º São direitos do contratante os relativos ao cumprimento das obrigações por parte do contratado.

§2º São direitos do contratado os relativos ao cumprimento das obrigações por parte do contratante.

§3º O contratado poderá subcontratar parcial o objeto contratado.

§4º Serão de responsabilidade do contratado os meios necessários para viabilizar a prestação de serviço objeto deste instrumento, incluindo equipamentos, licenças de *software*, local de trabalho, entre outros, salvo as obrigações do contratante previstas neste contrato.

§5º O contratado obriga-se a manter absoluto sigilo sobre as operações, dados, estratégias, materiais, documentos, informações e detalhes técnicos do contratante, mesmo após a conclusão dos serviços ou o término da relação contratual.

§6º O contratado deverá fornecer os respectivos documentos fiscais referentes aos pagamentos ajustados no presente instrumento.

CLÁUSULA DÉCIMA – DA FISCALIZAÇÃO DAS INSTALAÇÕES, DOS EQUIPAMENTOS, DOS MÉTODOS E DE EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS (art. 33, caput, VIII do Decreto Federal nº 6.017, de 2007)

A fiscalização das instalações e dos equipamentos utilizados pelo contratado poderá ser exercida a qualquer tempo pelo contratante por meio de agente especialmente designado por este e previamente comunicado, por qualquer meio idôneo, ao contratado; da mesma forma, a execução das atividades por parte do contratado poderá ser objeto de fiscalização por parte do contratante a qualquer tempo, por meio de agente especialmente designado por este e previamente comunicado, por qualquer meio idôneo, ao contratado, o qual poderá fazer as indagações e apontamentos necessários, sempre em caráter oficial e por escrito; caso necessário, tanto em relação às instalações e equipamentos quanto à execução dos serviços, o agente designado pelo contratante poderá fixar prazo razoável para a prestação de esclarecimentos e/ou para a solução de eventuais problemas.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DAS PENALIDADES CONTRATUAIS E APLICAÇÃO (art. 33, caput, IX do Decreto Federal nº 6.017, de 2007).

Serão aplicadas penalidades ao contratado apenas no caso de apresentação de reclamações pelo contratante que não forem resolvidas em situações com culpa atribuível apenas àquele, nos termos da Cláusula Sexta.

§1º Formulada a reclamação pelo contratante, esta será devidamente cientificada ao contratado, com a fixação de prazo razoável para a apresentação de esclarecimentos.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DA EXTINÇÃO (art. 33, caput, X do Decreto Federal nº 6.017, de 2007).

Este contrato será extinto nas seguintes hipóteses:

1) recesso ou exclusão do Município de Cruzeiro do Oeste, permanecendo a responsabilidade por obrigações financeiras eventualmente pendentes adquiridas durante a vigência do contrato;

2) de forma unilateral e escrita do contratante, nos seguintes casos: a) não cumprimento das cláusulas contratuais nas condições e prazos especificados;

b) cumprimento irregular de cláusulas contratuais diante das condições e prazos especificados;

c) cometimento reiterado de faltas na execução do contrato; e

d) ocorrência de caso fortuito ou força maior, regularmente comprovadas, desde que impeditivas à execução do contrato; e

3) amigável, por acordo entre as partes, diante da conveniência da contratante.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DA PUBLICAÇÃO PERIÓDICA DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS RELATIVAS À PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS EM REGIME DE COOPERAÇÃO FEDERATIVA (art. 33, caput, XV do Decreto Federal nº 6.017, de 2007).

O contratante publicará periodicamente, de acordo com as exigências legais e regulamentares respectivas, inclusive as oriundas do Tribunal de Contas do Estado, as demonstrações financeiras relativas à prestação dos serviços públicos em regime de cooperação federativa, destacando especificamente as informações que interessam ao contratante.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DAS DEMAIS DISPOSIÇÕES.

Para todos os fins, o contratante e o contratado declaram a não aplicação, a este contrato, do disposto nos incisos XI, XII e XIV do **caput** e no §1º do art. 33 do Decreto Federal nº 6.017, de 2007.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DO FORO AMIGÁVEL DE SOLUÇÃO DAS CONTROVÉRSIAS CONTRATUAIS (art. 33, caput, XVI do Decreto Federal nº 6.017, de 2007).

Fica eleito, para dirimir quaisquer controvérsias oriundas deste contrato, o Foro da Comarca de Jussara, Estado do Paraná.

Parágrafo único. Preferencialmente à intervenção do Poder Judiciário para dirimir controvérsias contratuais, será preferida a composição amigável, operacionalizada por meio de propostas e contrapropostas encaminhadas pelas partes à Assembleia Geral do contratado.

E por estarem de pleno acordo, firmam o presente contrato de programa em três vias de igual teor e forma, perante as testemunhas abaixo qualificadas.

Cruzeiro do Oeste – PR, quarta-feira, 11 de março de 2026

.

ARMANDO CERCI JUNIOR:33007187915
Assinado de forma digital por ARMANDO CERCI JUNIOR:33007187915
Dados: 2026.03.11 14:25:54 -03'00'

Armando Cerci Junior
Prefeito municipal
Gabinete do prefeito

VALTER LUIZ BOSSA

Assinado digitalmente por VALTER LUIZ BOSSA
ND: CN=VALTER LUIZ BOSSA, E=valter_bossa@msn.com
Data: 2026.03.13 11:26:00 -03'00'

gov.br Documento assinado digitalmente
LEONARDO ZAVILENSKI FOGACA
Data: 11/03/2026 14:21:18-0300
Verifique em https://validar.iti.gov.br

Sr. Leonardo Zavilenski Fogaça

GESTOR

gov.br Documento assinado digitalmente
MAYCON ADRIANO DOS SANTOS RIBEIRO
Data: 11/03/2026 14:17:57-0300
Verifique em https://validar.iti.gov.br

Sr. Maycon Adriano dos Santos Ribeiro

FISCAL

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE FRANCISCO BELTRÃO

ASSESSORIA LEGISLATIVA
LEI MUNICIPAL N.º 5.128, DE 1º DE JULHO DE 2024

LEI MUNICIPAL N.º 5.128, DE 1º DE JULHO DE 2024

Ratifica a redação do Contrato de Consórcio Público e do Estatuto Social do Consórcio Intermunicipal de Saneamento do Paraná (CISPAR) e autoriza o ingresso do Município de Francisco Beltrão no Consórcio.

FAÇO SABER que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou, e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Ficam ratificadas, no Município de Francisco Beltrão, Estado do Paraná, as redações do Contrato de Consórcio Público e do Estatuto Social do Consórcio Intermunicipal de Saneamento do Paraná (CISPAR) anexas, ficando autorizado e ratificado o ingresso do Município no CISPAR.

Parágrafo único. Diante da aprovação de que trata o *caput*, fica autorizado que o Município se submeta às disposições do Contrato de Consórcio Público, do Estatuto Social e de todas as demais deliberações aprovadas pela Assembleia Geral ou pelos órgãos do consórcio nos assuntos que lhe disserem respeito.

Art. 2º O Consórcio se constitui sob a forma de associação pública, com personalidade jurídica de direito público.

Art. 3º Fica o Município autorizado a firmar os ajustes e contratações desejados por si junto ao CISPAR, desenvolvendo todos os objetivos primordiais e secundários no âmbito da cooperação federativa, tais como previstos no Contrato de Consórcio Público e no Estatuto Social do consórcio.

Art. 4º Fica aplicada, para reger as relações jurídicas entre o Município e o Consórcio, a Lei Federal n.º 11.107, de 6 de abril de 2005, bem como o Decreto n.º 6.017, de 17 de janeiro de 2007, além do Contrato de Consórcio Público e Estatuto Social.

Art. 5º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Francisco Beltrão, Estado do Paraná, 1º de julho de 2024.

CLEBER FONTANA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Julio Barreto Maia Junior
Código Identificador:4D1E8434

Matéria publicada no Diário Oficial dos Municípios do Paraná no dia 03/07/2024. Edição 3058
A verificação de autenticidade da matéria pode ser feita informando o código identificador no site:
https://www.diariomunicipal.com.br/amp/

Ofício nº 064/2026

Pato Branco, *assinado e datado digitalmente.*

Ao
Ilustríssimo Senhor
Joecir Bernardi
Presidente da Câmara Municipal de Pato Branco

Assunto: Detalhamento quanto ao CISPAR e o Convênio ITAIPU - Requerimento nº 314 de 2026.

Excelentíssimo Senhor,

Inicialmente, deve-se destacar que o Centro de Recebimentos de Resíduos - CRR de Pato Branco - PR, possui uma diversidade de elementos primordiais para a gestão ambiental municipal. Neste local, está situado o Aterro Sanitário, a UVR da COTAAPB, e em breve a casas de passagem para animais em situação de vulnerabilidade, abandono ou maus-tratos.

O acesso a essa área é realizado por estrada vicinal pavimentada com cascalho, a qual é utilizada diariamente por caminhões de coleta de resíduos, os quais, em sua maioria, trafegam carregados ocasionando desgaste excessivo de pneus.

Ainda, deve-se relembrar que a COTAAPB desempenha um papel ambiental, social e econômico estratégico no Município de Pato Branco, ao promover a triagem de resíduos, reduzir o volume encaminhado à célula de aterro sanitário e ampliar a vida útil do sistema de disposição final. Além do ganho ambiental, a atividade fortalece a inserção social de cooperados de baixa renda, em consonância com a Lei Federal nº 12.305/2010 e o Decreto Federal nº 7.404/2010, gerando emprego, renda e inclusão produtiva.

Em termos objetivos, a cooperativa não atua apenas como executora operacional, ela integra a política pública de resíduos sólidos e entrega resultado concreto para o território, com impacto direto na gestão ambiental municipal e na qualidade de vida da população.

Para tal, a busca por melhorias para o CRR revela-se fundamental para aprimorar suas condições operacionais e conferir destinação mais adequada à área atualmente disponível, considerando, inclusive, a possibilidade de sua futura estruturação como parque ambiental, em benefício do interesse público, da valorização territorial e da ampliação da função socioambiental do local.

Com isso em vista, em atenção ao Projeto de Lei 69/2026 que visa autorizar o ingresso do Município de Pato Branco no Consórcio Intermunicipal de Saneamento do Paraná - CISPAR,

nos termos exclusivos do artigo 3° da Resolução CISPAR n° 048 de 10 de dezembro de 2025, que diz:

> *Art. 3° Fica fixado o critério de cobrança e contribuições para o rateio do Consórcio Intermunicipal de Saneamento do Paraná (CISPAR) para o exercício de 2026 no valor de* ***R$ 700,00 mensais*** *para atividades exclusivas aos municípios contemplados pelo Convênio de Expansão UVR – firmado entre o Cispar, Itaipu Binacional e Itaipu Parquetec, Programa Coleta Mais.*

Destaca-se que o objetivo da administração pública é o de fomentar a atividade de triagem de materiais recicláveis no Município de Pato Branco - PR, melhorando as condições laborais dos Agentes Ambientais que atuam com reciclagem neste município, bem como, apresentar melhorias para toda a área do CRR.

O presente está pautado nos Artigos 42 e 44 da Lei Federal N° 12.305/2010 que institui a Política Nacional de Resíduos Sólidos; altera a Lei no 9.605, de 12 de fevereiro de 1998; e dá outras providências, que diz:

> *Art. 42. O poder público poderá instituir medidas indutoras e linhas de financiamento para atender, prioritariamente, às iniciativas de:*
> *III - implantação de infraestrutura física e aquisição de equipamentos para cooperativas ou outras formas de associação de catadores de materiais reutilizáveis e recicláveis formadas por pessoas físicas de baixa renda;*
> *Art. 44. A União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, no âmbito de suas competências, poderão instituir normas com o objetivo de conceder incentivos fiscais, financeiros ou creditícios, respeitadas as limitações da Lei Complementar no 101, de 4 de maio de 2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal), a:*
> *II - projetos relacionados à responsabilidade pelo ciclo de vida dos produtos, prioritariamente em parceria com cooperativas ou outras formas de associação de catadores de materiais reutilizáveis e recicláveis formadas por pessoas físicas de baixa renda;*

Seguindo estes preceitos da legislação federal supracitada, foi estruturado o convênio Nº 4500073800/4500073801 entre a ITAIPU, CISPAR e ITAIPU PARQUETEC, com o objetivo de conforme afirmado pelo diretor-geral brasileiro de Itaipu, Enio Verri, “copiando os modelos bem-sucedidos que a Itaipu desenvolve há muitos anos, possam irradiar a experiência de reciclar gerando renda, de tal maneira que o lixo passa a ser luxo”, e como o senhor diretor do PARQUETEC Irineu Colombo descreve, “o projeto nasceu da intenção de valorizar não só os recicláveis, mas, principalmente, os catadores”.

Nestes termos, para que os município obtenham acesso ao citado convênio junto a ITAIPU, visando participar do convênio “COLETA MAIS” do PARQUETEC, estes devem formalizar participação ao consórcio CISPAR através de contrato administrativo, para tal, se faz necessária Ratificação a redação do Contrato de Consórcio Público e do Estatuto Social do

Consórcio Intermunicipal de Saneamento do Paraná (CISPAR) visando autorizar o ingresso do Município no Consórcio através de legislação municipal solicitada através do PL 69/2026.

Conforme o estatuto social consolidado do CISPAR, as obrigações do consorciado é apresentada no Art. 9º que diz:

> *Art. 9° Desde que esteja adimplente com suas obrigações consorciais, é obrigação do ente consorciado adotar medidas administrativas que apoiem e viabilizem a consecução do objetivo do Consórcio, cumprindo e fazendo cumprir o presente estatuto e o contrato de consórcio público.*

Assim, conforme a disposição no Resolução n° 048 supracitada, temos o custo fixado de cobrança e contribuições do CISPAR para os município contemplados no Programa Coleta Mais. Sendo este artigo exclusivo para participação destes junto ao citado convênio. O custo de R$700,00 mensais trata-se de contribuição para o rateio do CISPAR.

Para os municípios em geral que participam do citado convênio, vinculado a exclusividade supracitada com o objetivo de participação do programa Coleta Mais, para o qual, cita-se o texto de contrato similar:

> *o contrato de programa tem por objeto a intermediação para implementação da reciclagem, desenvolvida pelo Programa de Gestão de Resíduos Sólidos da ITAIPU Binacional em parceria com a Itaipu Parquetec, por meio de assessoria técnica e estruturação assistida e apoio na estruturação, tornando-as exemplos multiplicadores de boas práticas em gestão de recicláveis com a inclusão socioprodutiva de catadores com o desenvolvimento das seguintes atividades em nível de planejamento, com a transferência parcial dos seguintes serviços:*
>
> *1) Elaboração de diagnóstico e prognóstico para municípios de grande porte, visando a inovação tecnológica e monitoramento das unidades beneficiadas através do Reciclômetro e estruturação dos programas de coleta seletiva, com equipamentos e veículos, conforme necessidade identificada e disponibilidade de recursos financeiros do convênio ora descrito.*
>
> *2) Após o diagnóstico e estruturação do município selecionado para a implantação das unidades de referência,* ***onde o município poderá receber apoio e estruturação por meio de equipamentos e veículos****, conforme disponibilidade de recursos previstos no convênio.*

Nestes termos, o município poderá receber apoio de novos equipamentos e veículos para emprego na coleta seletiva municipal, em termos monetários, os R$700,00 mensais por um

período de 36 meses (3 anos) tornam-se um investimento de investimento de elevado retorno institucional e operacional ao processo de coleta e tratamento de resíduos sólidos do município.

No âmbito desse convênio, os equipamentos e bens permanentes destinados à operação da UVR serão inicialmente incorporados ao patrimônio da Prefeitura Municipal, com destinação vinculada à execução do objeto pactuado. Após o prazo de 3 (três) anos, e conforme a regular execução das atividades e o cumprimento das condições estabelecidas no instrumento de cooperação, haverá o repasse definitivo dos bens à Prefeitura, mediante formalização documental própria, garantindo segurança jurídica, controle patrimonial e aderência ao interesse público.

É importante destacar que a atuação da Itaipu Binacional, por intermédio do Itaipu Parquetec, também se destaca pelo caráter técnico e social do projeto. Haverá realização de avaliações e vistorias técnicas na cooperativa, com profissionais especializados, de modo a diagnosticar as necessidades da unidade e direcionar as intervenções necessárias à melhoria das condições de trabalho dos catadores. Entre as providências previstas, incluem-se a disponibilização de equipamentos, eventual apoio com caminhões já anteriormente citados, e se possível, a designação de agente técnico específico para atuação direta junto à cooperativa, com foco no apoio à gestão da UVR e no aprimoramento da governança operacional.

Diante da relevância estratégica da matéria e da necessidade de assegurar, com a máxima brevidade, a participação do Município de Pato Branco no CISPAR e no Convênio de Expansão UVR, impõe-se a adoção das providências administrativas e legislativas cabíveis em caráter de urgência, a fim de viabilizar o quanto antes o acesso aos benefícios institucionais, operacionais e sociais decorrentes da parceria, com vistas ao fortalecimento da triagem de recicláveis, à melhoria das condições de trabalho dos agentes ambientais e à ampliação da efetividade da política municipal de resíduos sólidos.

Ressalte-se que o custo mensal de R$ 700,00 representa montante absolutamente compatível com a dimensão e a relevância dos resultados esperados, uma vez que o retorno proporcionado ao Município é substancialmente superior ao dispêndio assumido. Trata-se de investimento de baixo valor financeiro e elevado impacto institucional, operacional, ambiental e social, apto a ampliar a eficiência da gestão de resíduos sólidos, fortalecer a estrutura da COTAAPB, qualificar as condições de trabalho dos agentes ambientais e assegurar a adesão do Município a um arranjo cooperativo que produz benefícios permanentes à coletividade.

Como comprovação dos investimentos realizados junto a este consórcio, em anexo segue lista de notícias apresentando os investimentos realizados pelo convênio CISPAR/ITAIPU/PARQUETEC.

A Secretaria de Meio Ambiente - SMA permanece à disposição para esclarecimentos adicionais, no que compete a suas atribuições.

Atenciosamente,

Vicente Lucio Michaliszyn

Secretário de Meio Ambiente

LISTA DE NOTÍCIAS:

1. https://www.itaipu.gov.br/noticias/sala-de-imprensa/programa-coleta-mais-sera-ampliado-para-mais-33-municipios-no-parana
2. https://www.instagram.com/p/DI1zWLlxAet/
3. https://www.itaipuparquetec.org.br/acao-da-itaipu-em-parceria-com-o-itaipu-parquetec-beneficia-mais-de-500-familias-de-catadores/
4. https://www.facebook.com/prefeituraeneasmarques/photos/programa-coletamais-da-itaipu-binacionalnesta-sexta-feira-21-foi-realizado-o-lan/1048229804004707/?_rdr
5. https://www.h2foz.com.br/meio-ambiente/itaipu-reciclagem-parana/
6. https://gdia.com.br/noticia/1113/programa-coleta-mais-sera-ampliado-para-mais-33-municipios-no-parana
7. https://gazetadoparana.com.br/artigo/itaipu-investe-em-reciclagem-e-infraestrutura-rural-em-quedas-do-iguacu
8. https://dcmais.com.br/parana/itaipu-entrega-caminhao-de-coleta-seletiva-para-cidade-paranaense/
9. https://franciscobeltrao.pr.gov.br/noticias/beltrao-recebe-caminhoes-e-equipamentos-para-reforcar-a-coleta-seletiva/
10. https://www.jcorreiodopovo.com.br/parana/itaipu/catadores-apoiados-pela-itaipu-participarao-da-coleta-de-residuos-durante-a-cop30/
11. https://gdia.com.br/noticia/132/programa-coleta-mais-da-itaipu-impacta-positivamente-a-renda-de-catadores
12. https://www.brasil247.com/brasil-sustentavel/itaipu-entrega-caminhao-para-coleta-seletiva-e-fortalece-trabalho-de-catadores-no-parana
13. https://dcmais.com.br/parana/projeto-coleta-mais-da-itaipu-binacional-e-apresentado-a-700-catadores-de-50-municipios-do-parana/
14. https://www.extraguarapuava.com.br/geral/projeto-coleta-mais-da-itaipu-binacional-e-apresentado-a-700-catadores-de-50-municipios-do-parana/
15. https://www.instagram.com/p/DH_cIllRMWZ/
16. https://www.maringamais.com.br/2024/09/02/projeto-coleta-mais-da-itaipu-binacional-e-apresentado-a-700-catadores-de-50-municipios-do-parana/
17. https://www.h2foz.com.br/itaipu/primeira-chamada-edital-organizacoes-sociais-itaipu/
18. https://www.jcorreiodopovo.com.br/parana/itaipu-amplia-apoio-a-reciclagem-e-entrega-equipamentos-a-catadores-do-oeste-do-parana/

Ofício n168/2026/AAL Pato Branco, *datado e assinado digitalmente*.

Ao Senhor
JOECIR BERNARDI
Presidente

Prezado, atraves do presente encaminhamos resposta ao requerimento314-2026.

Cumprimentamos os dignos vereadores pelo trabalho realizado em favor do nosso município, assim como nos colocamos sempre à disposição para os esclarecimentos que se fizerem necessários.

Atenciosamente,

VALMIR DALLACOSTA
Assessor de Assuntos Legislativos

Assinado por 1 pessoa: VALMIR DALLA COSTA
Para verificar a validade das assinaturas, acesse https://patobranco.1doc.com.br/verificacao/7D27-04A1-0E2B-38DE e informe o código 7D27-04A1-0E2B-38DE

VERIFICAÇÃO DAS ASSINATURAS

Código para verificação: 7D27-04A1-0E2B-38DE

Este documento foi assinado digitalmente pelos seguintes signatários nas datas indicadas:

VALMIR DALLA COSTA (CPF 340.XXX.XXX-91) em 30/03/2026 12:03:53 GMT-03:00
Papel: Parte
Emitido por: Sub-Autoridade Certificadora 1Doc (Assinatura 1Doc)

Para verificar a validade das assinaturas, acesse a Central de Verificação por meio do link:

https://patobranco.1doc.com.br/verificacao/7D27-04A1-0E2B-38DE

Ofício nº 064/2026

Pato Branco, *assinado e datado digitalmente.*

Ao
Ilustríssimo Senhor
Joecir Bernardi
Presidente da Câmara Municipal de Pato Branco

Assunto: Detalhamento quanto ao CISPAR e o Convênio ITAIPU - Requerimento nº 314 de 2026.

Excelentíssimo Senhor,

Inicialmente, deve-se destacar que o Centro de Recebimentos de Resíduos - CRR de Pato Branco - PR, possui uma diversidade de elementos primordiais para a gestão ambiental municipal. Neste local, está situado o Aterro Sanitário, a UVR da COTAAPB, e em breve a casas de passagem para animais em situação de vulnerabilidade, abandono ou maus-tratos.

O acesso a essa área é realizado por estrada vicinal pavimentada com cascalho, a qual é utilizada diariamente por caminhões de coleta de resíduos, os quais, em sua maioria, trafegam carregados ocasionando desgaste excessivo de pneus.

Ainda, deve-se relembrar que a COTAAPB desempenha um papel ambiental, social e econômico estratégico no Município de Pato Branco, ao promover a triagem de resíduos, reduzir o volume encaminhado à célula de aterro sanitário e ampliar a vida útil do sistema de disposição final. Além do ganho ambiental, a atividade fortalece a inserção social de cooperados de baixa renda, em consonância com a Lei Federal nº 12.305/2010 e o Decreto Federal nº 7.404/2010, gerando emprego, renda e inclusão produtiva.

Em termos objetivos, a cooperativa não atua apenas como executora operacional, ela integra a política pública de resíduos sólidos e entrega resultado concreto para o território, com impacto direto na gestão ambiental municipal e na qualidade de vida da população.

Para tal, a busca por melhorias para o CRR revela-se fundamental para aprimorar suas condições operacionais e conferir destinação mais adequada à área atualmente disponível, considerando, inclusive, a possibilidade de sua futura estruturação como parque ambiental, em benefício do interesse público, da valorização territorial e da ampliação da função socioambiental do local.

Com isso em vista, em atenção ao Projeto de Lei 69/2026 que visa autorizar o ingresso do Município de Pato Branco no Consórcio Intermunicipal de Saneamento do Paraná - CISPAR,

Assinado por 1 pessoa: VICENTE LUCIO MICHALISZYN
Para verificar a validade das assinaturas, acesse https://patobranco.1doc.com.br/verificacao/D658-23E4-15E8-4C9F e informe o código D658-23E4-15E8-4C9F

nos termos exclusivos do artigo 3° da Resolução CISPAR n° 048 de 10 de dezembro de 2025, que diz:

> *Art. 3° Fica fixado o critério de cobrança e contribuições para o rateio do Consórcio Intermunicipal de Saneamento do Paraná (CISPAR) para o exercício de 2026 no valor de* ***R$ 700,00 mensais*** *para atividades exclusivas aos municípios contemplados pelo Convênio de Expansão UVR – firmado entre o Cispar, Itaipu Binacional e Itaipu Parquetec, Programa Coleta Mais.*

Destaca-se que o objetivo da administração pública é o de fomentar a atividade de triagem de materiais recicláveis no Município de Pato Branco - PR, melhorando as condições laborais dos Agentes Ambientais que atuam com reciclagem neste município, bem como, apresentar melhorias para toda a área do CRR.

O presente está pautado nos Artigos 42 e 44 da Lei Federal N° 12.305/2010 que institui a Política Nacional de Resíduos Sólidos; altera a Lei no 9.605, de 12 de fevereiro de 1998; e dá outras providências, que diz:

> *Art. 42. O poder público poderá instituir medidas indutoras e linhas de financiamento para atender, prioritariamente, às iniciativas de:*
> *III - implantação de infraestrutura física e aquisição de equipamentos para cooperativas ou outras formas de associação de catadores de materiais reutilizáveis e recicláveis formadas por pessoas físicas de baixa renda;*
> *Art. 44. A União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, no âmbito de suas competências, poderão instituir normas com o objetivo de conceder incentivos fiscais, financeiros ou creditícios, respeitadas as limitações da Lei Complementar no 101, de 4 de maio de 2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal), a:*
> *II - projetos relacionados à responsabilidade pelo ciclo de vida dos produtos, prioritariamente em parceria com cooperativas ou outras formas de associação de catadores de materiais reutilizáveis e recicláveis formadas por pessoas físicas de baixa renda;*

Seguindo estes preceitos da legislação federal supracitada, foi estruturado o convênio Nº 4500073800/4500073801 entre a ITAIPU, CISPAR e ITAIPU PARQUETEC, com o objetivo de conforme afirmado pelo diretor-geral brasileiro de Itaipu, Enio Verri, “copiando os modelos bem-sucedidos que a Itaipu desenvolve há muitos anos, possam irradiar a experiência de reciclar gerando renda, de tal maneira que o lixo passa a ser luxo”, e como o senhor diretor do PARQUETEC Irineu Colombo descreve, “o projeto nasceu da intenção de valorizar não só os recicláveis, mas, principalmente, os catadores”.

Nestes termos, para que os município obtenham acesso ao citado convênio junto a ITAIPU, visando participar do convênio “COLETA MAIS” do PARQUETEC, estes devem formalizar participação ao consórcio CISPAR através de contrato administrativo, para tal, se faz necessária Ratificação a redação do Contrato de Consórcio Público e do Estatuto Social do

Assinado por 1 pessoa: VICENTE LUCIO MICHALISZYN
Para verificar a validade das assinaturas, acesse https://patobranco.1doc.com.br/verificacao/D658-23E4-15E8-4C9F e informe o código D658-23E4-15E8-4C9F

Consórcio Intermunicipal de Saneamento do Paraná (CISPAR) visando autorizar o ingresso do Município no Consórcio através de legislação municipal solicitada através do PL 69/2026.

Conforme o estatuto social consolidado do CISPAR, as obrigações do consorciado é apresentada no Art. 9º que diz:

> *Art. 9° Desde que esteja adimplente com suas obrigações consorciais, é obrigação do ente consorciado adotar medidas administrativas que apoiem e viabilizem a consecução do objetivo do Consórcio, cumprindo e fazendo cumprir o presente estatuto e o contrato de consórcio público.*

Assim, conforme a disposição no Resolução n° 048 supracitada, temos o custo fixado de cobrança e contribuições do CISPAR para os município contemplados no Programa Coleta Mais. Sendo este artigo exclusivo para participação destes junto ao citado convênio. O custo de R$700,00 mensais trata-se de contribuição para o rateio do CISPAR.

Para os municípios em geral que participam do citado convênio, vinculado a exclusividade supracitada com o objetivo de participação do programa Coleta Mais, para o qual, cita-se o texto de contrato similar:

> *o contrato de programa tem por objeto a intermediação para implementação da reciclagem, desenvolvida pelo Programa de Gestão de Resíduos Sólidos da ITAIPU Binacional em parceria com a Itaipu Parquetec, por meio de assessoria técnica e estruturação assistida e apoio na estruturação, tornando-as exemplos multiplicadores de boas práticas em gestão de recicláveis com a inclusão socioprodutiva de catadores com o desenvolvimento das seguintes atividades em nível de planejamento, com a transferência parcial dos seguintes serviços:*
>
> *1) Elaboração de diagnóstico e prognóstico para municípios de grande porte, visando a inovação tecnológica e monitoramento das unidades beneficiadas através do Reciclômetro e estruturação dos programas de coleta seletiva, com equipamentos e veículos, conforme necessidade identificada e disponibilidade de recursos financeiros do convênio ora descrito.*
>
> *2) Após o diagnóstico e estruturação do município selecionado para a implantação das unidades de referência,* ***onde o município poderá receber apoio e estruturação por meio de equipamentos e veículos****, conforme disponibilidade de recursos previstos no convênio.*

Nestes termos, o município poderá receber apoio de novos equipamentos e veículos para emprego na coleta seletiva municipal, em termos monetários, os R$700,00 mensais por um

Assinado por 1 pessoa: VICENTE LUCIO MICHALISZYN
Para verificar a validade das assinaturas, acesse https://patobranco.1doc.com.br/verificacao/D658-23E4-15E8-4C9F e informe o código D658-23E4-15E8-4C9F

período de 36 meses (3 anos) tornam-se um investimento de investimento de elevado retorno institucional e operacional ao processo de coleta e tratamento de resíduos sólidos do município.

No âmbito desse convênio, os equipamentos e bens permanentes destinados à operação da UVR serão inicialmente incorporados ao patrimônio da Prefeitura Municipal, com destinação vinculada à execução do objeto pactuado. Após o prazo de 3 (três) anos, e conforme a regular execução das atividades e o cumprimento das condições estabelecidas no instrumento de cooperação, haverá o repasse definitivo dos bens à Prefeitura, mediante formalização documental própria, garantindo segurança jurídica, controle patrimonial e aderência ao interesse público.

É importante destacar que a atuação da Itaipu Binacional, por intermédio do Itaipu Parquetec, também se destaca pelo caráter técnico e social do projeto. Haverá realização de avaliações e vistorias técnicas na cooperativa, com profissionais especializados, de modo a diagnosticar as necessidades da unidade e direcionar as intervenções necessárias à melhoria das condições de trabalho dos catadores. Entre as providências previstas, incluem-se a disponibilização de equipamentos, eventual apoio com caminhões já anteriormente citados, e se possível, a designação de agente técnico específico para atuação direta junto à cooperativa, com foco no apoio à gestão da UVR e no aprimoramento da governança operacional.

Diante da relevância estratégica da matéria e da necessidade de assegurar, com a máxima brevidade, a participação do Município de Pato Branco no CISPAR e no Convênio de Expansão UVR, impõe-se a adoção das providências administrativas e legislativas cabíveis em caráter de urgência, a fim de viabilizar o quanto antes o acesso aos benefícios institucionais, operacionais e sociais decorrentes da parceria, com vistas ao fortalecimento da triagem de recicláveis, à melhoria das condições de trabalho dos agentes ambientais e à ampliação da efetividade da política municipal de resíduos sólidos.

Ressalte-se que o custo mensal de R$ 700,00 representa montante absolutamente compatível com a dimensão e a relevância dos resultados esperados, uma vez que o retorno proporcionado ao Município é substancialmente superior ao dispêndio assumido. Trata-se de investimento de baixo valor financeiro e elevado impacto institucional, operacional, ambiental e social, apto a ampliar a eficiência da gestão de resíduos sólidos, fortalecer a estrutura da COTAAPB, qualificar as condições de trabalho dos agentes ambientais e assegurar a adesão do Município a um arranjo cooperativo que produz benefícios permanentes à coletividade.

Como comprovação dos investimentos realizados junto a este consórcio, em anexo segue lista de notícias apresentando os investimentos realizados pelo convênio CISPAR/ITAIPU/PARQUETEC.

Assinado por 1 pessoa: VICENTE LUCIO MICHALISZYN
Para verificar a validade das assinaturas, acesse https://patobranco.1doc.com.br/verificacao/D658-23E4-15E8-4C9F e informe o código D658-23E4-15E8-4C9F

A Secretaria de Meio Ambiente - SMA permanece à disposição para esclarecimentos adicionais, no que compete a suas atribuições.

Atenciosamente,

Vicente Lucio Michaliszyn

Secretário de Meio Ambiente

Assinado por 1 pessoa: VICENTE LUCIO MICHALISZYN
Para verificar a validade das assinaturas, acesse https://patobranco.1doc.com.br/verificacao/D658-23E4-15E8-4C9F e informe o código D658-23E4-15E8-4C9F

LISTA DE NOTÍCIAS:

1. https://www.itaipu.gov.br/noticias/sala-de-imprensa/programa-coleta-mais-sera-ampliado-para-mais-33-municipios-no-parana
2. https://www.instagram.com/p/DI1zWLlxAet/
3. https://www.itaipuparquetec.org.br/acao-da-itaipu-em-parceria-com-o-itaipu-parquetec-beneficia-mais-de-500-familias-de-catadores/
4. https://www.facebook.com/prefeituraeneasmarques/photos/programa-coletamais-da-itaipu-binacionalnesta-sexta-feira-21-foi-realizado-o-lan/1048229804004707/?_rdr
5. https://www.h2foz.com.br/meio-ambiente/itaipu-reciclagem-parana/
6. https://gdia.com.br/noticia/1113/programa-coleta-mais-sera-ampliado-para-mais-33-municipios-no-parana
7. https://gazetadoparana.com.br/artigo/itaipu-investe-em-reciclagem-e-infraestrutura-rural-em-quedas-do-iguacu
8. https://dcmais.com.br/parana/itaipu-entrega-caminhao-de-coleta-seletiva-para-cidade-paranaense/
9. https://franciscobeltrao.pr.gov.br/noticias/beltrao-recebe-caminhoes-e-equipamentos-para-reforcar-a-coleta-seletiva/
10. https://www.jcorreiodopovo.com.br/parana/itaipu/catadores-apoiados-pela-itaipu-participarao-da-coleta-de-residuos-durante-a-cop30/
11. https://gdia.com.br/noticia/132/programa-coleta-mais-da-itaipu-impacta-positivamente-a-renda-de-catadores
12. https://www.brasil247.com/brasil-sustentavel/itaipu-entrega-caminhao-para-coleta-seletiva-e-fortalece-trabalho-de-catadores-no-parana
13. https://dcmais.com.br/parana/projeto-coleta-mais-da-itaipu-binacional-e-apresentado-a-700-catadores-de-50-municipios-do-parana/
14. https://www.extraguarapuava.com.br/geral/projeto-coleta-mais-da-itaipu-binacional-e-apresentado-a-700-catadores-de-50-municipios-do-parana/
15. https://www.instagram.com/p/DH_cIllRMWZ/
16. https://www.maringamais.com.br/2024/09/02/projeto-coleta-mais-da-itaipu-binacional-e-apresentado-a-700-catadores-de-50-municipios-do-parana/
17. https://www.h2foz.com.br/itaipu/primeira-chamada-edital-organizacoes-sociais-itaipu/
18. https://www.jcorreiodopovo.com.br/parana/itaipu-amplia-apoio-a-reciclagem-e-entrega-equipamentos-a-catadores-do-oeste-do-parana/

Assinado por 1 pessoa: VICENTE LUCIO MICHALISZYN
Para verificar a validade das assinaturas, acesse https://patobranco.1doc.com.br/verificacao/D658-23E4-15E8-4C9F e informe o código D658-23E4-15E8-4C9F

VERIFICAÇÃO DAS ASSINATURAS

Código para verificação: D658-23E4-15E8-4C9F

Este documento foi assinado digitalmente pelos seguintes signatários nas datas indicadas:

VICENTE LUCIO MICHALISZYN (CPF 734.XXX.XXX-53) em 30/03/2026 11:51:02 GMT-03:00
Papel: Parte
Emitido por: Sub-Autoridade Certificadora 1Doc (Assinatura 1Doc)

Para verificar a validade das assinaturas, acesse a Central de Verificação por meio do link:

https://patobranco.1doc.com.br/verificacao/D658-23E4-15E8-4C9F

Excelentíssimo Senhor
Joecir Bernardi.
Presidente Câmara Municipal de Pato Branco

REQUERIMENTO Nº 314/2026

Requer ao Executivo Municipal o encaminhamento de informações técnicas e detalhadas necessárias ao Projeto de Lei nº 69/2026, que ratifica, com reservas, o contrato de consórcio público do Consórcio Intermunicipal de Saneamento Do Paraná – CISPAR aprova o respectivo Estatuto Social, autoriza o pedido de ingresso do Município de Pato Branco no consórcio e dá outras providências.

A vereadora signatária, **Thania Maria Caminski Gehlen - PP**, no uso de suas atribuições legais e regimentais, requer ao **Executivo Municipal** que, através do departamento competente, o encaminhamento de informações técnicas e detalhadas necessárias ao Projeto de Lei nº 69/2026, que ratifica, com reservas, o contrato de consórcio público do Consórcio Intermunicipal de Saneamento Do Paraná – CISPAR, aprova o respectivo Estatuto Social, autoriza o pedido de ingresso do Município de Pato Branco no consórcio e dá outras providências.

Que seja encaminhado estudo detalhado de impacto orçamentário-financeiro decorrente da adesão ao consórcio, nos termos da Lei Complementar nº 101/2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal), especialmente quanto:

a) à previsão de despesas com contrato de rateio;
b) à estimativa de custos diretos e indiretos;
c) à compatibilidade com a Lei Orçamentária Anual, Plano Plurianual e Lei de Diretrizes Orçamentárias;

Que seja informado se já existe minuta de contrato de rateio a ser celebrado com o consórcio, encaminhando cópia integral, com indicação clara:
a) dos valores a serem aportados pelo Município;
b) da periodicidade dos repasses;
c) das obrigações financeiras futuras;

Assinado por 1 pessoa: THANIA MARIA CAMINSKI GEHLEN
Para verificar a validade das assinaturas, acesse https://cmpatobranco.1doc.com.br/verificacao/5AEC-8214-3C9A-F73C e informe o código 5AEC-8214-3C9A-F73C

Que seja esclarecido se haverá transferência, delegação ou compartilhamento de competências relativas a:

a) regulação;

b) fiscalização;

c) prestação dos serviços;

d) poder de polícia administrativa;

e) com indicação expressa dos instrumentos jurídicos que formalizarão tais atos;

Que seja encaminhado estudo técnico que demonstre a vantajosidade econômica da adesão ao consórcio em comparação com a prestação direta ou outras formas de contratação, inclusive com análise de economicidade;

Que seja informado se há previsão de cessão de servidores, bens públicos ou estrutura administrativa ao consórcio, especificando:

a) quantidade;

b) natureza;

c) impacto financeiro;

Que seja esclarecido se a adesão implicará, direta ou indiretamente:

a) criação ou majoração de taxas, tarifas ou preços públicos;

b) assunção de obrigações pretéritas do consórcio;

c) vinculação de receitas municipais;

Que seja encaminhado parecer jurídico completo da Procuradoria do Município acerca:

a) da constitucionalidade da adesão;

b) da compatibilidade com a Lei Federal nº 11.107/2005;

c) dos riscos jurídicos envolvidos;

Que seja informado se há estudos ou relatórios que demonstrem:

a) a capacidade técnica do consórcio;

b) indicadores de desempenho;

c) resultados obtidos por outros municípios consorciados;

Que seja esclarecido como se dará o controle e fiscalização pelo Município das atividades exercidas pelo consórcio, inclusive quanto à prestação de contas;

Que seja encaminhada a íntegra do Estatuto do consórcio e do Contrato de Consórcio Público consolidado, com destaque para cláusulas que gerem obrigações financeiras ou administrativas ao Município.

O presente requerimento diante da necessidade de análise aprofundada dos impactos financeiros, orçamentários e fiscais da proposição, especialmente considerando que a adesão a consórcio público pode gerar obrigações continuadas e comprometer

Assinado por 1 pessoa: THANIA MARIA CAMINSKI GEHLEN
Para verificar a validade das assinaturas, acesse https://cmpatobranco.1doc.com.br/verificacao/5AEC-8214-3C9A-F73C e informe o código 5AEC-8214-3C9A-F73C

recursos públicos, exigindo estrita observância aos princípios da legalidade, responsabilidade fiscal e transparência.

Nestes termos, pede deferimento.

Pato Branco, d*ocumento datado e assinado digitalmente.*

Assinado por 1 pessoa: THANIA MARIA CAMINSKI GEHLEN
Para verificar a validade das assinaturas, acesse https://cmpatobranco.1doc.com.br/verificacao/5AEC-8214-3C9A-F73C e informe o código 5AEC-8214-3C9A-F73C

VERIFICAÇÃO DAS ASSINATURAS

Código para verificação: 5AEC-8214-3C9A-F73C

Este documento foi assinado digitalmente pelos seguintes signatários nas datas indicadas:

THANIA MARIA CAMINSKI GEHLEN (CPF 777.XXX.XXX-00) em 27/03/2026 14:13:04 GMT-03:00
Papel: Parte
Emitido por: Sub-Autoridade Certificadora 1Doc (Assinatura 1Doc)

Para verificar a validade das assinaturas, acesse a Central de Verificação por meio do link:

https://cmpatobranco.1doc.com.br/verificacao/5AEC-8214-3C9A-F73C

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SANEAMENTO DO PARANÁ
R. Pion. Miguel Jordão Martines, 677 – Pq. Ind. Mário Bulhões
Maringá – Paraná – Cep 87.065-660
CNPJ: 04.823.494/0001-65 (Matriz) – Telefone: (44) 3123-2800

RESOLUÇÃO Nº 048, DE 10 DE DEZEMBRO DE 2025.

Dispõe sobre o critério de contribuições para o rateio do Consórcio Intermunicipal de Saneamento do Paraná (CISPAR) para o exercício de 2026, nos termos do Contrato de Consórcio Público, cláusula décima quarta.

O PRESIDENTE DO CISPAR Faço saber que a Assembleia Geral aprova e eu promulgo a seguinte Resolução:

Art. 1º Fica fixado o critério de cobrança e contribuições mensais para o rateio do Consórcio Intermunicipal de Saneamento do Paraná (CISPAR) para o exercício de 2026 para atividades de abastecimento de água e esgotamento sanitário, conforme decisão da Assembleia Geral:

Faixa de Ligações	Valor (R$)
Até 1.000	R$ 1.480,00
1.001 a 1.500	R$ 1.730,00
1.501 a 2.000	R$ 1.890,00
2.001 a 3.000	R$ 2.200,00
3.001 a 5.000	R$ 2.520,00
5.001 a 10.000	R$ 2.940,00
10.001 a 14.000	R$ 3.880,00
14.001 a 20.000	R$ 4.500,00
20.001 a 40.000	R$ 5.080,00
40.001 a 50.000	R$ 7.230,00
50.001 a 100.000	R$ 7.850,00
100.001 a 200.000	R$ 8.900,00
200.001 a 500.000	R$ 9.950,00
Acima de 500.000	R$ 12.570,00

Art. 2º Fica fixado o critério de cobrança e contribuições mensais para o rateio do Consórcio Intermunicipal de Saneamento do Paraná (CISPAR) para o exercício de 2026 para atividades de manejo de resíduos sólidos, conforme decisão da Assembleia Geral:

Faixa de Habitantes	Valor (R$)
Até 1.000	R$ 1.480,00
1.001 a 2.000	R$ 1.730,00
2.001 a 4.000	R$ 1.890,00
4.001 a 6.000	R$ 2.200,00
6.001 a 8.000	R$ 2.520,00
8.001 a 10.000	R$ 2.940,00
10.001 a 20.000	R$ 3.880,00
20.001 a 40.000	R$ 4.500,00
40.001 a 60.000	R$ 5.080,00
60.001 a 100.000	R$ 6.000,00
100.001 a 200.000	R$ 7.230,00
200.001 a 400.000	R$ 7.850,00
400.001 a 500.000	R$ 8.900,00
Acima de 500.000	R$ 12.570,00

Art. 3º Fica fixado o critério de cobrança e contribuições para o rateio do Consórcio Intermunicipal de Saneamento do Paraná (CISPAR) para o exercício de 2026 no valor de R$ 700,00 mensais para atividades exclusivas aos municípios contemplados pelo Convênio de Expansão UVR – firmado entre o Cispar, Itaipu Binacional e Itaipu Parquetec, Programa Coleta Mais:

Art. 4º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

_____

FABIO CHICAROLI
Presidente

Memorando 1- 9.806/2026

De: Elizandra S. - SAF-DC

Para: SMA-EAT - Setor Estratégico e Análise Técnica

Data: 31/03/2026 às 09:45:59

Setores (CC):

SMA-EAT, SEC-EXEC

Prezados,

para realização do cálculo do impacto orçamentário e financeiro é necessário as seguintes informações:

- Valor do rateio do consórcio;

- Forma de cobrança (mensal ou anual);

- valor da taza de adesão;

- Demais custos com serviços técnicos (análise ou projetos)

- Custos administrativos indiretos;

- Demonstrativo do estudo técnico de potencial economia ao Município, com compartilhamento de estrutura técnica, serviços especializados e quais os custos operacionais e de investimentos serão reduzidos.

- Demosntrativo da economia que poderá acontecer com a substituição real de gastos, pois se o Município permanecer com estrutura própria e pagar o consórcio haverá aumento de gastos.

Potanto para realizar o cálculo de impacto é necessário comparar:

A situação atual:

- Quanto o município gasta hoje com:
  - saneamento
  - resíduos
  - análises
  - projetos

Após a adesão ao consórcio:

- Valor do rateio + custos remanescentes

A adesão ao consórcio público apresenta potencial de otimização dos gastos públicos, especialmente em razão da economia de escala, compartilhamento de estrutura técnica e racionalização de custos operacionais.

Contudo, a efetiva redução de despesas dependerá da substituição de serviços atualmente executados de forma isolada pelo Município, podendo, em caso contrário, implicar aumento do dispêndio público.

Ficamos no aguardo das informações.

–

Elizandra Kovalski

Município de Pato Branco
Contadora

Assinado digitalmente (emissão) por:

Assinante	Data	Assinatura	
Elizandra Kovalski Nunes d...	31/03/2026 09:47:42	1Doc	ELIZANDRA KOVALSKI NUNES DA SILVA CPF 042.XX...

Para verificar as assinaturas, acesse **https://patobranco.1doc.com.br/verificacao/** e informe o código: **DE28-F077-0D67-C245**

Memorando 2- 9.806/2026

De: Cristian S. - SMA-EAT

Para: Envolvidos internos acompanhando

Data: 31/03/2026 às 10:42:28

solicitei auxilio do CISPAR para atendimento aos requisitos citados.

–

Cristian Eduardo Spiecker
Engenheiro Ambiental
CREA PR - 205.593/D

Memorando 3- 9.806/2026

De: Elizandra S. - SAF-DC

Para: SAF - Secretaria de Administração e Finanças

Data: 31/03/2026 às 14:04:29

Para conhecimento.

–

Elizandra Kovalski

Município de Pato Branco
Contadora

Memorando 4- 9.806/2026

De: Cristian S. - SMA-EAT

Para: Envolvidos internos acompanhando

Data: 02/04/2026 às 13:57:18

Prezados a equipe técnica do CISPAR irá elaborar uma resposta ponto a ponto dos requisitos solicitados, na terça-feira encaminharão um documento com as respostas.

–

Cristian Eduardo Spiecker
Engenheiro Ambiental
CREA PR - 205.593/D

Memorando 5- 9.806/2026

De: Cristian S. - SMA-EAT

Para: Envolvidos internos acompanhando

Data: 07/04/2026 às 16:35:31

Segue o relatório do Cispar

_

Cristian Eduardo Spiecker
Engenheiro Ambiental
CREA PR - 205.593/D

Anexos:

MODALIDADES_DE_INGRESSO_E_ACESSO_A_SERVICOS_TECNICOS.pdf

MODALIDADES DE INGRESSO E ACESSO A SERVIÇOS TÉCNICOS

1. ATUAÇÃO DA ASSESSORIA EM SANEAMENTO E MEIO AMBIENTE

O Consórcio Intermunicipal de Saneamento do Paraná (CISPAR), com ampla experiência no assessoramento aos municípios nas áreas de Abastecimento de Água e Esgotamento Sanitário, amplia sua atuação para incluir a Gestão de Resíduos Sólidos e a Gestão Ambiental, fortalecendo uma abordagem integrada das soluções em saneamento básico. Essa ampliação tem como objetivo oferecer aos municípios suporte técnico contínuo e estruturado, alinhado às exigências legais e à realidade operacional da administração pública municipal.

A atuação do Consórcio considera a dinâmica natural da administração pública, na qual áreas como saúde, educação e segurança demandam atenção permanente e imediata, o que pode, em determinados momentos, restringir a disponibilidade de suporte técnico e administrativo direcionado à área ambiental. Nesse contexto, o CISPAR atua para organizar, agilizar e priorizar tecnicamente as demandas ambientais, oferecendo apoio direto ao Município e à Secretaria Municipal de Meio Ambiente, fortalecendo sua capacidade de planejamento, execução e resposta às exigências dos órgãos de controle.

O modelo consorciado também favorece o compartilhamento de experiências, estratégias e soluções já adotadas por outros municípios, possibilitando o acesso a alternativas consolidadas para desafios comuns, com maior segurança técnica e eficiência na tomada de decisão. O acesso a esses serviços ocorre conforme a opção do Município, formalizada por meio de Contrato de Rateio, instrumento que estabelece uma divisão equitativa dos custos, baseada em critérios objetivos e proporcionais ao porte populacional, assegurando isonomia, previsibilidade administrativa e sustentabilidade na prestação dos serviços.

A partir desse modelo, o CISPAR disponibiliza diferentes níveis de acesso aos serviços, permitindo que cada Município defina o escopo de atuação mais adequado às suas necessidades.

- **Modalidade I –** Assessoria Técnica em Abastecimento de Água e Esgotamento Sanitário;
- **Modalidade II –** Assessoria Técnica em Gestão de Resíduos Sólidos e Meio Ambiente;
- **Modalidade III –** Ingresso Institucional e acesso a Convênios.

Modalidade I – Assessoria Técnica em Abastecimento de Água e Esgotamento Sanitário

Este nível de acesso é voltado aos Municípios que realizam a gestão direta dos serviços de abastecimento de água e esgotamento sanitário, na área urbana ou na área rural. A assessoria concentra-se no suporte técnico às atividades de tratamento de água e esgoto, com ênfase em ações relacionadas ao controle operacional, monitoramento e rotinas de controle da qualidade do serviço prestado à população.

- Acesso ao laboratório próprio do Consórcio, devidamente estruturado e dotado das principais credenciais e certificações aplicáveis às análises na área do saneamento, permitindo suporte às rotinas de controle de qualidade da água e ao monitoramento de efluentes;
- Apoio à aquisição de insumos laboratoriais, instrumentos de aferição, ferramentas e equipamentos utilizados nas rotinas operacionais e laboratoriais dos sistemas de água e esgoto;
- Contratação e apoio técnico em serviços, estudos e levantamentos específicos, voltados ao suporte operacional e estrutural das Estações de Tratamento de Água (ETAs) e Estações de Tratamento de Esgoto (ETEs), bem como à elaboração e organização de documentações necessárias ao atendimento da legislação vigente.

Modalidade II – Assessoria em Gestão de Resíduos Sólidos e Meio Ambiente

A Modalidade II tem como eixo central a assessoria ambiental contínua, voltada especialmente ao apoio técnico na gestão de resíduos sólidos e nas demais demandas ambientais inerentes à administração municipal. Nessa modalidade, o Município passa a contar com suporte especializado para o planejamento, organização e execução de ações relacionadas ao manejo de resíduos, regularização de estruturas, definição de fluxos operacionais, atendimento a notificações dos órgãos de controle e fortalecimento da atuação da Secretaria Municipal de Meio Ambiente.

Além das ações próprias da assessoria ambiental, essa modalidade assegura ao Município o acesso aos serviços previstos na Modalidade III, incluindo a participação em convênios e o acesso a licitações compartilhadas para aquisição de materiais de uso comum. De forma complementar, possibilita a utilização adaptada e facultativa de serviços técnicos vinculados à Modalidade I, conforme a realidade local e a viabilidade econômica, com destaque para o uso do laboratório próprio do Consórcio em análises ambientais, como monitoramento de corpos d'água, córregos e efluentes, quando pertinente.

A Modalidade II contempla ainda o apoio técnico voltado à elaboração de estudos, diagnósticos, relatórios e demais documentos ambientais, bem como à organização e sistematização da documentação técnica relacionada às atividades próprias da gestão municipal. Esse suporte tem como finalidade subsidiar tecnicamente o Município na instrução de seus processos ambientais, por meio da preparação de informações, consolidação de dados, estruturação de estudos e atendimento às exigências técnicas normalmente demandadas pelos órgãos ambientais, fornecendo os elementos necessários para que o Município realize os encaminhamentos e solicitações de licenciamento de forma adequada e segura.

Escopo de serviços incluídos nesta modalidade:



Apoio na elaboração, revisão e atualização do Plano Municipal de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos (PMGIRS), bem como no acompanhamento de sua execução e adequação às exigências legais vigentes.



Gerenciamento integrado de resíduos sólidos, com apoio técnico contínuo à gestão municipal, abrangendo o diagnóstico e a análise do ciclo dos resíduos — desde a geração, acondicionamento, coleta, transbordo, tratamento e destinação final — incluindo a organização de fluxos, a definição de estratégias operacionais e o suporte à tomada de decisões, com foco na identificação de oportunidades de redução de custos operacionais e logísticos.



Assessoria nos processos de licenciamento ambiental de atividades próprias da gestão municipal, com suporte na organização, elaboração e acompanhamento dos documentos e estudos exigidos pelos órgãos ambientais, incluindo a elaboração de estudos ambientais, tais como Relatório Ambiental Simplificado (RAS), Relatório de Controle Ambiental (RCA), Plano de Controle Ambiental (PCA), Plano Básico Ambiental (PBA), Declarações Ambientais e demais instrumentos previstos nos modelos de licenciamento aplicáveis, conforme a legislação vigente.



Suporte técnico-administrativo na condução de processos licitatórios específicos, conforme a necessidade do Município, incluindo a elaboração de termos de referência e especificações técnicas, bem como o apoio à aquisição de equipamentos especializados e à contratação de empresas para a realização de estudos, projetos e serviços ambientais de maior complexidade, quando demandadas análises técnicas aprofundadas ou a atuação de equipes multidisciplinares.

Modalidade III – Ingresso Institucional e Acesso a Convênios

A etapa inicial de vinculação ao Consórcio corresponde à formalização do Município como ente consorciado, viabilizando o acesso institucional a convênios, programas e parcerias firmados pelo CISPAR com outros entes e instituições, em âmbito estadual e nacional. Esse vínculo assegura respaldo jurídico e administrativo para a participação do Município em projetos estruturantes e para o recebimento de equipamentos e recursos oriundos dessas parcerias.

- Vínculo institucional com o Consórcio, formalizando o Município como ente consorciado e viabilizando sua participação em convênios, programas e projetos estruturantes, desenvolvidos em parceria com outros entes e instituições, em âmbito estadual e nacional;
- Recebimento de equipamentos, bens e estruturas oriundos de convênios e parcerias institucionais, com apoio administrativo do Consórcio para a operacionalização, acompanhamento e gestão desses instrumentos;
- Acesso a licitações compartilhadas para aquisição de itens de uso comum, contemplando, entre outros, materiais de:


MANEJO URBANO


ESCRITÓRIO


EDUCAÇÃO AMBIENTAL


TRATAMENTO DE ÁGUA E ESGOTO

❖ Diferença entre a Modalidade II e a Modalidade III

De forma resumida, na Modalidade II o Município apresenta suas necessidades específicas na área ambiental, e o Consórcio atua de forma direcionada para atendê-las, conforme as demandas solicitadas. Já na Modalidade III, a lógica é inversa: o Consórcio disponibiliza oportunidades, como convênios e licitações compartilhadas, cabendo ao Município avaliar e decidir sobre o interesse em participar.

2. DOS VALORES

Os valores de contribuição mensal são organizados conforme as modalidades de acesso aos serviços do Consórcio, nos termos da Resolução nº 048, de 10 de dezembro de 2025, que estabelece os critérios de rateio para o exercício de 2026.

I – ASSESSORIA TÉCNICA EM ABASTECIMENTO DE ÁGUA E ESGOTAMENTO SANITÁRIO

Nesta modalidade, os valores de rateio são definidos conforme a faixa de ligações de água existentes no município, considerando que esse indicador representa de forma mais adequada a dimensão operacional dos sistemas de abastecimento de água e esgotamento sanitário.

Faixa de Ligações	Valor (R$)
Até 1.000	R$ 1.480,00
1.001 a 1.500	R$ 1.730,00
1.501 a 2.000	R$ 1.890,00
2.001 a 3.000	R$ 2.200,00
3.001 a 5.000	R$ 2.520,00
5.001 a 10.000	R$ 2.940,00
10.001 a 14.000	R$ 3.880,00
14.001 a 20.000	R$ 4.500,00
20.001 a 40.000	R$ 5.080,00
40.001 a 50.000	R$ 7.230,00
50.001 a 100.000	R$ 7.850,00
100.001 a 200.000	R$ 8.900,00
200.001 a 500.000	R$ 9.950,00
Acima de 500.000	R$ 12.570,00

II – ASSESSORIA TÉCNICA EM GESTÃO DE RESÍDUOS SÓLIDOS E MEIO AMBIENTE

Para as atividades relacionadas à gestão de resíduos sólidos e meio ambiente, os valores de rateio são definidos com base na faixa populacional do município, critério que reflete o potencial de geração de resíduos e a demanda por suporte técnico ambiental.

Faixa de Habitantes	Valor (R$)
Até 1.000	R$ 1.480,00
1.001 a 2.000	R$ 1.730,00
2.001 a 4.000	R$ 1.890,00
4.001 a 6.000	R$ 2.200,00
6.001 a 8.000	R$ 2.520,00
8.001 a 10.000	R$ 2.940,00
10.001 a 20.000	R$ 3.880,00
20.001 a 40.000	R$ 4.500,00
40.001 a 60.000	R$ 5.080,00
60.001 a 100.000	R$ 6.000,00
100.001 a 200.000	R$ 7.230,00
200.001 a 400.000	R$ 7.850,00
400.001 a 500.000	R$ 8.900,00
Acima de 500.000	R$ 12.570,00

III – Ingresso Institucional e Acesso a Convênios

Esta modalidade corresponde ao ingresso institucional do Município no Consórcio, possibilitando o acesso a convênios, programas e projetos desenvolvidos em parceria com outras instituições públicas e entidades de cooperação. Para essa modalidade, fica estabelecida contribuição mensal no valor de **R$ 700,00**, destinada à manutenção da estrutura administrativa necessária para a articulação, gestão e acompanhamento dessas parcerias.

A contribuição se refere exclusivamente ao acesso institucional aos convênios e programas coordenados pelo Consórcio. Dependendo das características de cada projeto ou parceria firmada, poderão existir custos adicionais específicos, definidos conforme as regras do respectivo convênio, podendo envolver rateios proporcionais entre os municípios participantes, diárias operacionais, contrapartidas ou outras formas de custeio vinculadas à execução das atividades previstas.

Ressalta-se que o presente documento possui caráter introdutório, destinado a apresentar de forma geral as possibilidades de atuação e serviços disponibilizados pelo Consórcio. O CISPAR permanece à disposição do Município para prestar maiores esclarecimentos, aprofundar as informações aqui apresentadas e dialogar sobre as demandas específicas da administração municipal.

Convênio Expansão de Unidades de Valorização de Materiais Recicláveis (UVRs)

No caso do referido convênio, estruturado por meio de parceria tripartite entre o Consórcio Intermunicipal de Saneamento do Paraná, a Itaipu Binacional e o Itaipu Parquetec, o acesso do Município ocorre por meio da Modalidade III – Ingresso Institucional e Acesso a Convênios, sendo estabelecida contribuição mensal fixa conforme previsto nesta modalidade. Ressalta-se que eventuais encargos adicionais não estão vinculados ao acesso ao convênio em si, podendo ocorrer nos casos em que o Município, por iniciativa própria, optar pela utilização de serviços complementares, como a participação em licitações compartilhadas para aquisição de bens, equipamentos ou contratação de serviços. Nessas situações, não há repasse automático de custos, sendo tais despesas condicionadas à manifestação de interesse do Município e à formalização da respectiva contratação, observando-se os critérios e valores definidos no respectivo processo licitatório.

Obs: Municípios que aderirem à Modalidade II ficam dispensados do pagamento da contribuição mensal prevista na Modalidade III, considerando que o acesso institucional aos convênios já está contemplado nesta modalidade.

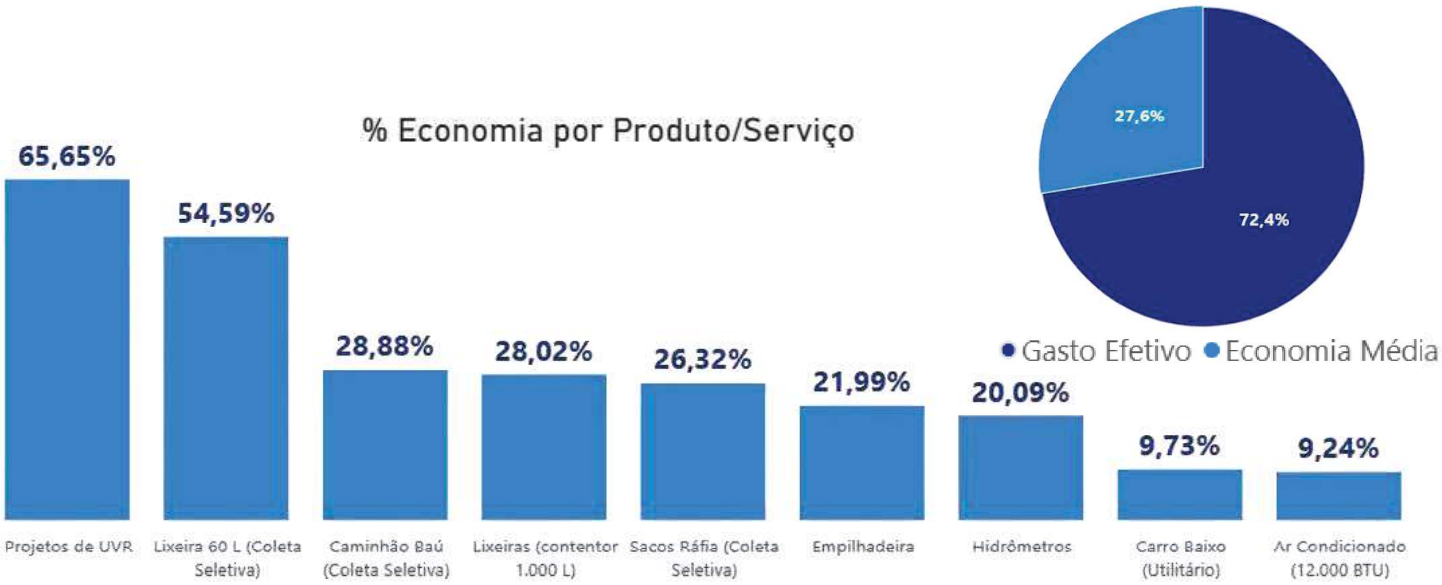
3. GANHOS DE ESCALA EM LICITAÇÕES COMPARTILHADAS

A adoção de licitações compartilhadas por meio do Consórcio proporciona ganhos significativos de escala, permitindo a redução dos custos unitários na aquisição de bens e contratação de serviços, em razão do aumento do volume contratado e do maior poder de negociação junto aos fornecedores. Esse modelo favorece a ampliação da competitividade entre os participantes do certame, resultando em propostas mais vantajosas para a Administração Pública. Além disso, a centralização dos processos licitatórios reduz custos administrativos, otimiza o tempo das equipes técnicas municipais e padroniza especificações, garantindo maior eficiência, segurança jurídica e qualidade nas contratações.

Como exemplo prático, destaca-se o Convênio Expansão de UVRs, que evidencia a eficiência do modelo consorciado quanto à centralização e desburocratização dos processos. Em um modelo descentralizado, seria necessária a formalização de instrumentos, controles e prestações de contas individualizadas com cada município, aumentando o tempo, a complexidade administrativa e os custos operacionais. A atuação do Consórcio como articulador central permite a unificação dos procedimentos, maior celeridade nas aquisições e padronização das contratações, resultando em ganhos de escala e economicidade nos valores dos bens adquiridos.

As informações a seguir possuem caráter exemplificativo e representam apenas parte das aquisições conduzidas pelo Consórcio. Mesmo com valores estimados já reduzidos em função do volume contratado, os resultados obtidos mostraram-se ainda mais vantajosos. De forma geral, a depender da natureza do bem ou serviço, as licitações compartilhadas em grande escala tendem a gerar economia média entre 20% e 30%, evidenciando a eficiência do modelo consorciado na otimização dos recursos públicos.

Processo Adm.	Produto/Serviço	Quantidade	Vlr. Unitário Médio	Total Estimado	Valor Homologado	Total Homologado
153/2024	Sacos Ráfia	720.000	R$ 2,85	R$ 2.052.000,00	R$ 2,10	R$ 1.512.000,00
025/2025	Projetos de UVR	10.000 M^2	R$ 175,97	R$ 1.759.700,00	R$ 60,44	R$ 604.400,00
185/2023	Hidrômetros	18.222	R$ 162,34	R$ 2.958.159,48	R$ 129,72	R$ 2.363.757,84
136/2025	Lixeira 60 L	359	R$ 505,42	R$ 181.445,78	R$ 229,52	R$ 82.396,24
136/2025	Contentor 1.000 L	703	R$ 1.844,17	R$ 1.296.451,51	R$ 1.327,50	R$ 933.232,50
260/2025	Ar-Condicionado	113	R$ 2.258,81	R$ 255.245,53	R$ 2.050,00	R$ 231.650,00
189/2025	Empilhadeira	35	R$ 152.282,22	R$ 5.329.877,70	R$ 118.800,00	R$ 4.158.000,00
131/2025	Carro Baixo	18	R$ 133.354,81	R$ 2.400.386,58	R$ 120.382,78	R$ 2.166.890,04
069/2024	Caminhão Baú	50	R$ 473.844,44	R$ 23.692.222,00	R$ 337.000,00	R$ 16.850.000,00



Por fim, destaca-se que os benefícios da gestão associativa vão além do retorno financeiro direto, abrangendo também o fortalecimento institucional por meio do apoio técnico contínuo e do compartilhamento de experiências entre os municípios consorciados. Muitas das demandas enfrentadas pelas administrações municipais são comuns entre si, o que permite ao Consórcio atuar como um facilitador na disseminação de soluções já testadas e consolidadas em outras realidades, contribuindo para decisões mais seguras, ágeis e eficientes, mesmo quando não se trata de uma atuação direta sobre a demanda apresentada.

Colocamo-nos à disposição para eventuais dúvidas e para quaisquer esclarecimentos adicionais que se façam necessários.

JEFFERSON LAUER VALENDORF:04646567105

Assinado de forma digital por JEFFERSON LAUER VALENDORF:04646567105
Dados: 2026.04.07 11:58:10 -03'00'

JEFFERSON LAUER VALENDORF
Coordenador-Geral

Memorando 6- 9.806/2026

De: Elizandra S. - SAF-DC

Para: SMA-EAT - Setor Estratégico e Análise Técnica

Data: 10/04/2026 às 14:29:16

Setores (CC):

SAF, SMA-EAT, SEC-EXEC

Adesão ao Consórcio Intermunicipal de Saneamento – CISPAR

Considerando que o Impacto Orçamentário e Financeiro é um demonstrativo técnico que avalia quanto uma nova despesa vai custar e se o Município tem condições orçamentárias e financeiras para suportá-la, tanto no exercício atual quanto nos exercícios seguintes.

O cálculo de impacto é necessário Sempre que o Município pretende criar nova despesa contínua, aderir a consórcio com pagamento mensal, firmar convênios com contrapartida, criar cargos ou ampliar serviços ou assumir contratos permanentes.

No caso do documento anexado acima, a adesão ao consórcio gera contribuição mensal obrigatória, variando conforme modalidade, população ou ligações de água, o que caracteriza despesa continuada que exige análise prévia de impacto.

Com base nas informações apresentadas pelo Consórcio Intermunicipal de Saneamento do Paraná, no documento de modalidade de ingresso e acesso a serviços técnicos (anexo ao processo), informamos que para elaboração do impacto orçamentário e financeiro referente à possível adesão do Município às modalidades de ingresso e acesso a serviços técnicos do Consórcio, faz-se necessária a disponibilização das seguintes informações:

01 - Informar qual modalidade o Município pretende aderir:

Modalidade I – Assessoria Técnica em Abastecimento de Água e Esgotamento Sanitário

Modalidade II – Assessoria Técnica em Gestão de Resíduos Sólidos e Meio Ambiente

Modalidade III – Ingresso Institucional e Acesso a Convênios Ou combinação entre modalidades

Essa definição é necessária pois cada modalidade possui forma de rateio distinta e valores próprios.

02 - Dados necessários da Modalidade I

Caso seja aderido a Modalidade I - Assessoria Técnica em Abastecimento de Água e Esgotamento Sanitário, o valor mensal é definido conforme a quantidade de ligações de água existentes no município. Portanto, o Município deverá informar:

- Número total de ligações de água ativas;
- Número de ligações urbanas;
- Número de ligações rurais (se houver);
- Sistema de gestão (autarquia, departamento, concessão etc.);
- Responsável pelo serviço (SAAE, prefeitura, empresa terceirizada etc.)

Esses dados são necessários porque o valor do rateio é definido por faixas de ligações.

03 - Dados necessários da Modalidade II

Caso seja aderido a Modalidade II - Assessoria em Gestão de Resíduos Sólidos e Meio Ambiente, O valor é definido conforme a faixa populacional do município, sendo necessário informar:

- População oficial do município (IBGE ou estimativa atual);
- População urbana;
- População rural;
- Volume médio de resíduos gerados (se houver);
- Existência de coleta seletiva (sim/não);
- Estrutura atual de gestão ambiental.

O critério populacional reflete a demanda por suporte técnico ambiental e geração de resíduos.

03 - Dados necessários para Modalidade III

Caso seja aderido a Modalidade III - Ingresso institucional e acesso a convênios, embora possua contribuição mensal fixa, é necessário informar:

- Interesse em participar de convênios;

- Possível adesão ao convênio UVR;

- Estimativa de contrapartida municipal (se houver);

- Necessidade de participação em licitações compartilhadas;

- Previsão de aquisição de equipamentos

Isso porque podem existir custos adicionais conforme convênios e contratações específicas.

04 - Conclusão

O cálculo de impacto orçamentário e financeiro tem como objetivo demonstrar quanto uma ação vai custar ao Município e se há condições legais e financeiras para executá-la, comparando a nova despesa com o orçamento existente e com a capacidade financeira futura.

Portanto para que se possa realizar o cálculo do impacto é necessário termos as informações de forma clara e objetiva:

- Quanto irá custar mensalmente para o Município e quais são essas despesas,

- Qual o custo atual com essas despesas no Município;

Somente após essas informações poderemos realizar um cálculo e informar se há previsão orçamentária suficiente no orçamento vigente e futuros ou se é necessário suplementação.

–

Elizandra Kovalski

Município de Pato Branco
Contadora

Assinado digitalmente (emissão) por:

Assinante	Data	Assinatura	
Elizandra Kovalski Nunes d...	10/04/2026 14:29:38	1Doc	ELIZANDRA KOVALSKI NUNES DA SILVA CPF 042.XX...

Para verificar as assinaturas, acesse **https://patobranco.1doc.com.br/verificacao/** e informe o código: **63A0-A6ED-C418-E592**

Memorando 7- 9.806/2026

De: Cristian S. - SMA-EAT

Para: Envolvidos internos acompanhando

Data: 13/04/2026 às 16:11:49

Segue resposta formal do CISPAR:

Heitor CISPAR: A mensalidade de R$ 700,00 é basicamente para garantir o acesso aos convênios. Não é necessário formalizar nenhuma solicitação de ingresso, porque isso já vem pela Itaipu. O único requisito é que o município esteja vinculado ao consórcio, pois é por meio dele que conseguimos fazer o repasse dos equipamentos. Então, depois de formalizar a lei e o contrato administrativo na modalidade 3 (referente à mensalidade), não precisa fazer mais nenhum tipo de solicitação.
Sobre possíveis custos adicionais, eles vão depender do que o município quiser aderir: como está previsto na modalidade 3, há acesso a serviços como licitações compartilhadas, mas esses custos só existem se o município optar por participar. Ao longo do ano, o consórcio pode disponibilizar alguns itens em processo de licitação, e cabe ao município decidir se participa ou não; caso participe, os custos dos itens solicitados serão repassados.
Por exemplo, se entrar em uma licitação de contentores de lixo e solicitar a compra de 50 unidades, o valor dessas lixeiras será repassado ao município como custo extra. A forma de pagamento vai depender de como o município trabalha: ele pode utilizar a licitação como “carona” e fazer o próprio empenho pagando direto ao fornecedor, ou o consórcio pode fazer o empenho, pagar o fornecedor e depois repassar esse custo para o município ressarcir. Isso varia conforme a contabilidade de cada município, pois alguns entendem que podem pagar direto, enquanto outros fazem processo de inexigibilidade para ressarcir o consórcio.

1. Necessidade de participação em licitações compartilhadas;
    a. Não há essa necessidade, no entanto, o município poderá participar conforme texto do cispar.
2. Interesse em participar de convênios e Possível adesão ao convênio UVR;
    a. Segue Ofício potocolizado a Itaipu que formalizou o interesse de participar do convênio.
3. Estimativa de contrapartida municipal (se houver);
4. Previsão de aquisição de equipamentos
    a. A previsão da Itaipu é a de cedência de um kit UVR
        i. Caminhão baú para coleta seletiva.
        ii. Esteiras de triagem e esteiras de elevação.
        iii. Prensas horizontais.
        iv. Empilhadeiras.
        v. Elevador de fardos.
        vi. Balanças digitais.
        vii. Assistência técnica por longo período (ex: 36 meses).
        viii. Uniformes e kits para os lares dos catadores.

–

Cristian Eduardo Spiecker
Engenheiro Ambiental
CREA PR - 205.593/D

Anexos:

emissao_C031A4A73DDF19C6FF64E56B_memorando_35_104_2025_assinado_versaoImpressao.pdf

OFÍCIO Nº 445/2025 – SMA

Pato Branco, 12 de novembro de 2025.

Ao Senhor
Enio José Verri
Presidente da Itaipu Binacional
Foz do Iguaçu – PR

Assunto: Solicitação de inclusão do Município de Pato Branco no Programa de Expansão das Unidades de Valorização de Recicláveis (UVR)

Senhor Presidente,

O Município de Pato Branco, por meio deste ofício, vem respeitosamente manifestar o interesse em integrar o Programa de Expansão das Unidades de Valorização de Recicláveis (UVR), iniciativa desenvolvida pela Itaipu Binacional em parceria com o Parque Tecnológico Itaipu (PTI-BR).

Atualmente, o município conta com a Cooperativa de Trabalho dos Agentes Ambientais de Pato Branco (COTAAPB), sendo composta por cerca de 50 cooperados, todos oriundos de famílias de baixa renda. A atuação da cooperativa é fundamental para inclusão social dos catadores de materiais recicláveis e está alinhada com a Política Nacional de Resíduos Sólidos (Lei Federal nº 12.305/2010). Os serviços prestados pela COTAAPB contribuem para a redução do volume de resíduos destinados ao aterro sanitário, além de gerar empregos e renda para os cooperados.

Apesar de seu papel essencial, a cooperativa enfrenta limitações estruturais e operacionais, que dificultam a ampliação de sua capacidade de triagem e comercialização dos materiais, e, assim, comprometem o atendimento à crescente demanda da coleta seletiva municipal. Dessa forma, a ausência de uma estrutura eficiente afeta negativamente o trabalho os cooperados, consequentemente, o atendimento à demanda municipal.

Diante disso, o Município de Pato Branco solicita formalmente o apoio dessa instituição para a inclusão no Programa de Expansão das UVRs. Este apoio permitirá a estruturação de uma unidade mais moderna e eficiente para a cooperativa e, assim, garantir melhores condições para seus cooperados.

Assinado por 2 pessoas: VICENTE LUCIO MICHALISZYN e GERI NATALINO DUTRA
Para verificar a validade das assinaturas, acesse https://patobranco.1doc.com.br/verificacao/C031-A4A7-3DDF-19C6 e informe o código C031-A4A7-3DDF-19C6

Ciente da importância desse investimento para o desenvolvimento socioambiental e econômico regional, o município coloca-se à disposição para fornecer todas as informações complementares necessárias para a adesão do município ao referido programa.

Atenciosamente,

Vicente Lucio Michaliszyn
Secretário de Meio Ambiente

Geri Natalino Dutra
Prefeito Municipal de Pato Branco

Assinado por 2 pessoas: VICENTE LUCIO MICHALISZYN e GERI NATALINO DUTRA
Para verificar a validade das assinaturas, acesse https://patobranco.1doc.com.br/verificacao/C031-A4A7-3DDF-19C6 e informe o código C031-A4A7-3DDF-19C6

VERIFICAÇÃO DAS ASSINATURAS

Código para verificação: C031-A4A7-3DDF-19C6

Este documento foi assinado digitalmente pelos seguintes signatários nas datas indicadas:

VICENTE LUCIO MICHALISZYN (CPF 734.XXX.XXX-53) em 14/11/2025 11:51:14 GMT-03:00
Papel: Parte
Emitido por: Sub-Autoridade Certificadora 1Doc (Assinatura 1Doc)

GERI NATALINO DUTRA (CPF 648.XXX.XXX-34) em 18/11/2025 09:36:04 GMT-03:00
Papel: Parte
Emitido por: Sub-Autoridade Certificadora 1Doc (Assinatura 1Doc)

Para verificar a validade das assinaturas, acesse a Central de Verificação por meio do link:

https://patobranco.1doc.com.br/verificacao/C031-A4A7-3DDF-19C6

Memorando 8- 9.806/2026

De: Cristian S. - SMA-EAT

Para: Envolvidos internos acompanhando

Data: 13/04/2026 às 16:16:29

Será participação na modalidade III

O custo atual com reciclágem é de R$ 93.391,93 - Valor do Repasse realizado a Cooperativa mensalmente.

_

Cristian Eduardo Spiecker
Engenheiro Ambiental
CREA PR - 205.593/D

Memorando 9- 9.806/2026

De: Elizandra S. - SAF-DC

Para: SMA-EAT - Setor Estratégico e Análise Técnica

Data: 14/04/2026 às 15:05:55

Portanto , a única despesa é o valor de R$ 700,00 mensais. Com a finalidade de receber os repasses dos bens.

Não havendo outras contratações e despesas.

–

Elizandra Kovalski

Município de Pato Branco
Contadora

Assinado digitalmente (emissão) por:

Assinante	Data	Assinatura	
Elizandra Kovalski Nunes d...	14/04/2026 15:06:18	1Doc	ELIZANDRA KOVALSKI NUNES DA SILVA CPF 042.XX...

Para verificar as assinaturas, acesse **https://patobranco.1doc.com.br/verificacao/** e informe o código: **EC29-34DF-5AF5-68D0**

Memorando 10- 9.806/2026

De: Elizandra S. - SAF-DC

Para: SMA-EAT - Setor Estratégico e Análise Técnica

Data: 15/04/2026 às 09:46:34

Setores (CC):

SMA-EAT, SEC-EXEC

Segue anexo o impacto orçamentário e financeiro e a declaração de disponibilidade.

–

Elizandra Kovalski

Município de Pato Branco
Contadora

Anexos:

Declaracao_disponibilidade_orc_e_finac_CISPAR.pdf
Impacto_Adesao_CISPAR.pdf

Assinado digitalmente (emissão + anexos) por:

Assinante	Data	Assinatura	
Elizandra Kovalski Nunes d...	15/04/2026 09:56:24	1Doc	ELIZANDRA KOVALSKI NUNES DA SILVA CPF 042.XX...

Para verificar as assinaturas, acesse **https://patobranco.1doc.com.br/verificacao/** e informe o código: **26B4-DF43-D2EF-B6B5**

DECLARAÇÃO DE DISPONIBILIDADE FINANCEIRA E ORÇAMENTÁRIA

Declaro, sob as penas da Lei, e em conformidade com a Lei de Diretrizes Orçamentária vigente e com a Lei Complementar nº 101, de 04/05/2000, que dispomos dos recursos orçamentários e financeiros, para pagamento da mensalidade da adesão ao Consórcio Intermunicipal de Saneamento - CISPAR.

Os recursos destinados ao exercício de 2026 encontram-se previstos na Lei Orçamentária Anual – LOA nº 6.548, de 22 de dezembro de 2025. Caso necessário, poderão ser realizados remanejamentos ou ajustes orçamentários, dentro dos limites legais, com a finalidade de assegurar a continuidade dos serviços públicos e o cumprimento das metas estabelecidas, conforme previsto na legislação orçamentária vigente.

Para os exercícios subsequentes, a previsão dos valores necessários será devidamente contemplada nas respectivas Leis Orçamentárias Anuais, de acordo com as necessidades e a capacidade financeira do Município.

Ressalta-se que esta declaração é de responsabilidade do ordenador de despesas do órgão ou entidade, a quem compete assegurar que a realização das despesas ocorra em estrita observância às normas legais e que os recursos públicos sejam aplicados de forma eficiente, econômica e responsável.

A presente declaração de disponibilidade orçamentária e financeira não constitui autorização para a realização de despesas além dos limites legais, devendo ser observados, em todas as ações da Administração Pública, os princípios da legalidade, moralidade, eficiência e economicidade.

Pato Branco/PR, 15 de abril de 2026.

DEMONSTRATIVO DE IMPACTO ORÇAMENTÁRIO E FINANCEIRO

Adesão CISPAR - Consórcio Intermunicipal de Saneamento

Em atendimento ao disposto no art. 16 e art. 17 da Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal), apresenta-se o demonstrativo do impacto orçamentário e financeiro decorrente da adesão ao Consórcio Intermunicipal de Saneamento - CISPAR.

O objetivo é demonstrar o impacto orçamentário e financeiro decorrente da adesão do Município ao consórcio, cuja única obrigação financeira consiste no pagamento de mensalidade no valor de R$ 700,00 (setecentos reais).

Despesa mensal:	
R$ 700,00	
Cálculo anual:	
R$ 700,00 × 12 mese	**R$ 8.400,00/ano**
RCL 02/2026	R$ 627.142.739,16
Impacto	**0,00134%**

A despesa é considerada de baixo impacto, pois possui valor reduzido frente ao orçamento municipal, pode ser absorvida pelas dotações existentes de fonte livre e por ser despesa contínua de custeio, sem geração de encargos adicionais relevantes.

A despesa é compatível com o Plano Plurianual (PPA), com a Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) e com a Lei Orçamentária Anual (LOA), pois está alinhada às políticas públicas relacionadas ao objeto do consórcio.

Diante do exposto, informamos que a despesa decorrente da adesão ao consórcio possui adequação orçamentária e financeira, está compatível com o planejamento municipal e não compromete as metas fiscais estabelecidas. Bem como não gera impacto significativo nas finanças municipais, sendo plenamente viável sob os aspectos orçamentário e financeiro.

Pato Branco, 15 de abril de 2026.

Memorando 11- 9.806/2026

De: Cristian S. - SMA-EAT

Para: Envolvidos internos acompanhando

Data: 15/04/2026 às 19:15:28

Para assinatura do Ofício Resposta

_

Cristian Eduardo Spiecker
Engenheiro Ambiental
CREA PR - 205.593/D

Anexos:

Oficio_n_078_Resposta_ao_Requerimento_n_314_CISPAR_Camara.pdf

---

Assinado digitalmente (anexos) por:

Assinante	Data	Assinatura	
Vicente Lucio Michaliszyn	16/04/2026 07:54:45	1Doc	VICENTE LUCIO MICHALISZYN CPF 734.XXX.XXX-53

Para verificar as assinaturas, acesse **https://patobranco.1doc.com.br/verificacao/** e informe o código: **A62F-1247-6891-B51D**

Ofício nº 078/2026

Pato Branco, *assinado e datado digitalmente.*

Ao
Ilustríssimo Senhor
Joecir Bernardi
Presidente da Câmara Municipal de Pato Branco

Assunto: Resposta ao Requerimento nº 314/2026

Excelentíssimo Senhor,

Em atenção ao Requerimento Nº 314/2026, de autoria da senhora vereadora signatária Thania Maria Caminski Gehlen - PP, que solicita informações técnicas e detalhadas necessárias ao Projeto de Lei n° 69/2026, que ratifica, com reservas, o contrato de consórcio público do Consórcio Intermunicipal de Saneamento Do Paraná – CISPAR Comunica-se que:

Em reposta ao questionamento 01 que diz:

> *Que seja encaminhado estudo detalhado de impacto orçamentário financeiro decorrente da adesão ao consórcio, nos termos da Lei Complementar nº 101/2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal), especialmente quanto:*
>
> *a) à previsão de despesas com contrato de rateio;*
>
> *b) à estimativa de custos diretos e indiretos;*
>
> *c) à compatibilidade com a Lei Orçamentária Anual, Plano Plurianual e Lei de Diretrizes Orçamentárias;*

Em anexo segue Memorando 9.806/2026 completo com a documentação emitida denominado DEMONSTRATIVO DE IMPACTO ORÇAMENTÁRIO E FINANCEIRO Adesão CISPAR - Consórcio Intermunicipal de Saneamento aliada a DECLARAÇÃO DE DISPONIBILIDADE FINANCEIRA E ORÇAMENTÁRIA emitido pelo departamento de contabilidade do Município de Pato Branco - PR, conforme exercício de suas atribuições específicas, atendendo aos requisitos citados.

Em reposta ao questionamento 02 que diz:

> *Que seja informado se já existe minuta de contrato de rateio a ser celebrado com o consórcio, encaminhando cópia integral, com indicação clara:*
>
> *a) dos valores a serem aportados pelo Município;*
>
> *b) da periodicidade dos repasses;*
>
> *c) das obrigações financeiras futuras;*

Em anexo segue Contrato modelo que será empregue para firmar contrato com o Consórcio Intermunicipal de Saneamento - CISPAR, que atende os requisitos solicitados.

Em reposta ao questionamento 03 que diz:

> *Que seja esclarecido se haverá transferência, delegação ou compartilhamento de competências relativas a:*
>
> *a) regulação;*
>
> *b) fiscalização;*
>
> *c) prestação dos serviços;*
>
> *d) poder de polícia administrativa;*
>
> *e) com indicação expressa dos instrumentos jurídicos que formalizarão tais atos;*

Fica expressamente consignado que a celebração do presente contrato não importará transferência, delegação, compartilhamento ou qualquer forma de alteração das competências municipais relativas à regulação, fiscalização, prestação dos serviços e poder de polícia administrativa, as quais permanecerão integralmente sob titularidade e exercício do Município de Pato Branco, sem modificação.

Em reposta ao questionamento 04 que diz:

> *Que seja encaminhado estudo técnico que demonstre a vantajosidade econômica da adesão ao consórcio em comparação com a prestação direta ou outras formas de contratação, inclusive com análise de economicidade;*
>
> *Que seja informado se há previsão de cessão de servidores, bens públicos ou estrutura administrativa ao consórcio, especificando:*
>
> *a) quantidade;*
>
> *b) natureza;*
>
> *c) impacto financeiro;*
>
> *Que seja esclarecido se a adesão implicará, direta ou indiretamente:*
>
> *a) criação ou majoração de taxas, tarifas ou preços públicos;*
>
> *b) assunção de obrigações pretéritas do consórcio;*
>
> *c) vinculação de receitas municipais;*

Em anexo segue Parecer completo do CISPAR assinado pelo senhor JEFFERSON LAUER VALENDORF Coordenador-Geral, descrevendo das vantagens de participação junto ao CISPAR.

Destaca-se que como o Município irá aderir a Modalidade III, não haverá outros impactos, nem cessão de servidores, nem de bens públicos.

A adesão não implicará na criação ou majoração de taxas tarifas ou preços públicos.

Não haverão obrigações pretéritas aos consórcio.

Haverá a obrigatoriedade de pagamento somente dos R$700,00 mensais conforme o estudo financeiro atestou, único motante a ser vinculado das receitas municipais.

Em reposta ao questionamento 05 que diz:

Que seja encaminhado parecer jurídico completo da Procuradoria do Município acerca:

a) da constitucionalidade da adesão;

b) da compatibilidade com a Lei Federal nº 11.107/2005;

c) dos riscos jurídicos envolvidos;

Que seja informado se há estudos ou relatórios que demonstrem:

a) a capacidade técnica do consórcio;

b) indicadores de desempenho;

c) resultados obtidos por outros municípios consorciados;

Em anexo segue Parecer Jurídico Completo atestando a viabilidade do contrato com o CISPAR.

Renova-se a disposição para prestar esclarecimentos adicionais, caso necessário.

Atenciosamente,

Vicente Lucio Michaliszyn

Secretário de Meio Ambiente

MODALIDADES DE INGRESSO E ACESSO A SERVIÇOS TÉCNICOS

1. ATUAÇÃO DA ASSESSORIA EM SANEAMENTO E MEIO AMBIENTE

O Consórcio Intermunicipal de Saneamento do Paraná (CISPAR), com ampla experiência no assessoramento aos municípios nas áreas de Abastecimento de Água e Esgotamento Sanitário, amplia sua atuação para incluir a Gestão de Resíduos Sólidos e a Gestão Ambiental, fortalecendo uma abordagem integrada das soluções em saneamento básico. Essa ampliação tem como objetivo oferecer aos municípios suporte técnico contínuo e estruturado, alinhado às exigências legais e à realidade operacional da administração pública municipal.

A atuação do Consórcio considera a dinâmica natural da administração pública, na qual áreas como saúde, educação e segurança demandam atenção permanente e imediata, o que pode, em determinados momentos, restringir a disponibilidade de suporte técnico e administrativo direcionado à área ambiental. Nesse contexto, o CISPAR atua para organizar, agilizar e priorizar tecnicamente as demandas ambientais, oferecendo apoio direto ao Município e à Secretaria Municipal de Meio Ambiente, fortalecendo sua capacidade de planejamento, execução e resposta às exigências dos órgãos de controle.

O modelo consorciado também favorece o compartilhamento de experiências, estratégias e soluções já adotadas por outros municípios, possibilitando o acesso a alternativas consolidadas para desafios comuns, com maior segurança técnica e eficiência na tomada de decisão. O acesso a esses serviços ocorre conforme a opção do Município, formalizada por meio de Contrato de Rateio, instrumento que estabelece uma divisão equitativa dos custos, baseada em critérios objetivos e proporcionais ao porte populacional, assegurando isonomia, previsibilidade administrativa e sustentabilidade na prestação dos serviços.

A partir desse modelo, o CISPAR disponibiliza diferentes níveis de acesso aos serviços, permitindo que cada Município defina o escopo de atuação mais adequado às suas necessidades.

- **Modalidade I –** Assessoria Técnica em Abastecimento de Água e Esgotamento Sanitário;
- **Modalidade II –** Assessoria Técnica em Gestão de Resíduos Sólidos e Meio Ambiente;
- **Modalidade III –** Ingresso Institucional e acesso a Convênios.

Modalidade I – Assessoria Técnica em Abastecimento de Água e Esgotamento Sanitário

Este nível de acesso é voltado aos Municípios que realizam a gestão direta dos serviços de abastecimento de água e esgotamento sanitário, na área urbana ou na área rural. A assessoria concentra-se no suporte técnico às atividades de tratamento de água e esgoto, com ênfase em ações relacionadas ao controle operacional, monitoramento e rotinas de controle da qualidade do serviço prestado à população.

- Acesso ao laboratório próprio do Consórcio, devidamente estruturado e dotado das principais credenciais e certificações aplicáveis às análises na área do saneamento, permitindo suporte às rotinas de controle de qualidade da água e ao monitoramento de efluentes;
- Apoio à aquisição de insumos laboratoriais, instrumentos de aferição, ferramentas e equipamentos utilizados nas rotinas operacionais e laboratoriais dos sistemas de água e esgoto;
- Contratação e apoio técnico em serviços, estudos e levantamentos específicos, voltados ao suporte operacional e estrutural das Estações de Tratamento de Água (ETAs) e Estações de Tratamento de Esgoto (ETEs), bem como à elaboração e organização de documentações necessárias ao atendimento da legislação vigente.

Modalidade II – Assessoria em Gestão de Resíduos Sólidos e Meio Ambiente

A Modalidade II tem como eixo central a assessoria ambiental contínua, voltada especialmente ao apoio técnico na gestão de resíduos sólidos e nas demais demandas ambientais inerentes à administração municipal. Nessa modalidade, o Município passa a contar com suporte especializado para o planejamento, organização e execução de ações relacionadas ao manejo de resíduos, regularização de estruturas, definição de fluxos operacionais, atendimento a notificações dos órgãos de controle e fortalecimento da atuação da Secretaria Municipal de Meio Ambiente.

Além das ações próprias da assessoria ambiental, essa modalidade assegura ao Município o acesso aos serviços previstos na Modalidade III, incluindo a participação em convênios e o acesso a licitações compartilhadas para aquisição de materiais de uso comum. De forma complementar, possibilita a utilização adaptada e facultativa de serviços técnicos vinculados à Modalidade I, conforme a realidade local e a viabilidade econômica, com destaque para o uso do laboratório próprio do Consórcio em análises ambientais, como monitoramento de corpos d'água, córregos e efluentes, quando pertinente.

A Modalidade II contempla ainda o apoio técnico voltado à elaboração de estudos, diagnósticos, relatórios e demais documentos ambientais, bem como à organização e sistematização da documentação técnica relacionada às atividades próprias da gestão municipal. Esse suporte tem como finalidade subsidiar tecnicamente o Município na instrução de seus processos ambientais, por meio da preparação de informações, consolidação de dados, estruturação de estudos e atendimento às exigências técnicas normalmente demandadas pelos órgãos ambientais, fornecendo os elementos necessários para que o Município realize os encaminhamentos e solicitações de licenciamento de forma adequada e segura.

Escopo de serviços incluídos nesta modalidade:



Apoio na elaboração, revisão e atualização do Plano Municipal de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos (PMGIRS), bem como no acompanhamento de sua execução e adequação às exigências legais vigentes.



Gerenciamento integrado de resíduos sólidos, com apoio técnico contínuo à gestão municipal, abrangendo o diagnóstico e a análise do ciclo dos resíduos — desde a geração, acondicionamento, coleta, transbordo, tratamento e destinação final — incluindo a organização de fluxos, a definição de estratégias operacionais e o suporte à tomada de decisões, com foco na identificação de oportunidades de redução de custos operacionais e logísticos.



Assessoria nos processos de licenciamento ambiental de atividades próprias da gestão municipal, com suporte na organização, elaboração e acompanhamento dos documentos e estudos exigidos pelos órgãos ambientais, incluindo a elaboração de estudos ambientais, tais como Relatório Ambiental Simplificado (RAS), Relatório de Controle Ambiental (RCA), Plano de Controle Ambiental (PCA), Plano Básico Ambiental (PBA), Declarações Ambientais e demais instrumentos previstos nos modelos de licenciamento aplicáveis, conforme a legislação vigente.



Suporte técnico-administrativo na condução de processos licitatórios específicos, conforme a necessidade do Município, incluindo a elaboração de termos de referência e especificações técnicas, bem como o apoio à aquisição de equipamentos especializados e à contratação de empresas para a realização de estudos, projetos e serviços ambientais de maior complexidade, quando demandadas análises técnicas aprofundadas ou a atuação de equipes multidisciplinares.

Modalidade III – Ingresso Institucional e Acesso a Convênios

A etapa inicial de vinculação ao Consórcio corresponde à formalização do Município como ente consorciado, viabilizando o acesso institucional a convênios, programas e parcerias firmados pelo CISPAR com outros entes e instituições, em âmbito estadual e nacional. Esse vínculo assegura respaldo jurídico e administrativo para a participação do Município em projetos estruturantes e para o recebimento de equipamentos e recursos oriundos dessas parcerias.

- Vínculo institucional com o Consórcio, formalizando o Município como ente consorciado e viabilizando sua participação em convênios, programas e projetos estruturantes, desenvolvidos em parceria com outros entes e instituições, em âmbito estadual e nacional;
- Recebimento de equipamentos, bens e estruturas oriundos de convênios e parcerias institucionais, com apoio administrativo do Consórcio para a operacionalização, acompanhamento e gestão desses instrumentos;
- Acesso a licitações compartilhadas para aquisição de itens de uso comum, contemplando, entre outros, materiais de:


MANEJO URBANO


ESCRITÓRIO


EDUCAÇÃO AMBIENTAL


TRATAMENTO DE ÁGUA E ESGOTO

❖ **Diferença entre a Modalidade II e a Modalidade III**

De forma resumida, na Modalidade II o Município apresenta suas necessidades específicas na área ambiental, e o Consórcio atua de forma direcionada para atendê-las, conforme as demandas solicitadas. Já na Modalidade III, a lógica é inversa: o Consórcio disponibiliza oportunidades, como convênios e licitações compartilhadas, cabendo ao Município avaliar e decidir sobre o interesse em participar.

2. DOS VALORES

Os valores de contribuição mensal são organizados conforme as modalidades de acesso aos serviços do Consórcio, nos termos da Resolução nº 048, de 10 de dezembro de 2025, que estabelece os critérios de rateio para o exercício de 2026.

I – ASSESSORIA TÉCNICA EM ABASTECIMENTO DE ÁGUA E ESGOTAMENTO SANITÁRIO

Nesta modalidade, os valores de rateio são definidos conforme a faixa de ligações de água existentes no município, considerando que esse indicador representa de forma mais adequada a dimensão operacional dos sistemas de abastecimento de água e esgotamento sanitário.

Faixa de Ligações	Valor (R$)
Até 1.000	R$ 1.480,00
1.001 a 1.500	R$ 1.730,00
1.501 a 2.000	R$ 1.890,00
2.001 a 3.000	R$ 2.200,00
3.001 a 5.000	R$ 2.520,00
5.001 a 10.000	R$ 2.940,00
10.001 a 14.000	R$ 3.880,00
14.001 a 20.000	R$ 4.500,00
20.001 a 40.000	R$ 5.080,00
40.001 a 50.000	R$ 7.230,00
50.001 a 100.000	R$ 7.850,00
100.001 a 200.000	R$ 8.900,00
200.001 a 500.000	R$ 9.950,00
Acima de 500.000	R$ 12.570,00

II – ASSESSORIA TÉCNICA EM GESTÃO DE RESÍDUOS SÓLIDOS E MEIO AMBIENTE

Para as atividades relacionadas à gestão de resíduos sólidos e meio ambiente, os valores de rateio são definidos com base na faixa populacional do município, critério que reflete o potencial de geração de resíduos e a demanda por suporte técnico ambiental.

Faixa de Habitantes	Valor (R$)
Até 1.000	R$ 1.480,00
1.001 a 2.000	R$ 1.730,00
2.001 a 4.000	R$ 1.890,00
4.001 a 6.000	R$ 2.200,00
6.001 a 8.000	R$ 2.520,00
8.001 a 10.000	R$ 2.940,00
10.001 a 20.000	R$ 3.880,00
20.001 a 40.000	R$ 4.500,00
40.001 a 60.000	R$ 5.080,00
60.001 a 100.000	R$ 6.000,00
100.001 a 200.000	R$ 7.230,00
200.001 a 400.000	R$ 7.850,00
400.001 a 500.000	R$ 8.900,00
Acima de 500.000	R$ 12.570,00

III – Ingresso Institucional e Acesso a Convênios

Esta modalidade corresponde ao ingresso institucional do Município no Consórcio, possibilitando o acesso a convênios, programas e projetos desenvolvidos em parceria com outras instituições públicas e entidades de cooperação. Para essa modalidade, fica estabelecida contribuição mensal no valor de **R$ 700,00**, destinada à manutenção da estrutura administrativa necessária para a articulação, gestão e acompanhamento dessas parcerias.

A contribuição se refere exclusivamente ao acesso institucional aos convênios e programas coordenados pelo Consórcio. Dependendo das características de cada projeto ou parceria firmada, poderão existir custos adicionais específicos, definidos conforme as regras do respectivo convênio, podendo envolver rateios proporcionais entre os municípios participantes, diárias operacionais, contrapartidas ou outras formas de custeio vinculadas à execução das atividades previstas.

Ressalta-se que o presente documento possui caráter introdutório, destinado a apresentar de forma geral as possibilidades de atuação e serviços disponibilizados pelo Consórcio. O CISPAR permanece à disposição do Município para prestar maiores esclarecimentos, aprofundar as informações aqui apresentadas e dialogar sobre as demandas específicas da administração municipal.

Convênio Expansão de Unidades de Valorização de Materiais Recicláveis (UVRs)

No caso do referido convênio, estruturado por meio de parceria tripartite entre o Consórcio Intermunicipal de Saneamento do Paraná, a Itaipu Binacional e o Itaipu Parquetec, o acesso do Município ocorre por meio da Modalidade III – Ingresso Institucional e Acesso a Convênios, sendo estabelecida contribuição mensal fixa conforme previsto nesta modalidade. Ressalta-se que eventuais encargos adicionais não estão vinculados ao acesso ao convênio em si, podendo ocorrer nos casos em que o Município, por iniciativa própria, optar pela utilização de serviços complementares, como a participação em licitações compartilhadas para aquisição de bens, equipamentos ou contratação de serviços. Nessas situações, não há repasse automático de custos, sendo tais despesas condicionadas à manifestação de interesse do Município e à formalização da respectiva contratação, observando-se os critérios e valores definidos no respectivo processo licitatório.

Obs: Municípios que aderirem à Modalidade II ficam dispensados do pagamento da contribuição mensal prevista na Modalidade III, considerando que o acesso institucional aos convênios já está contemplado nesta modalidade.

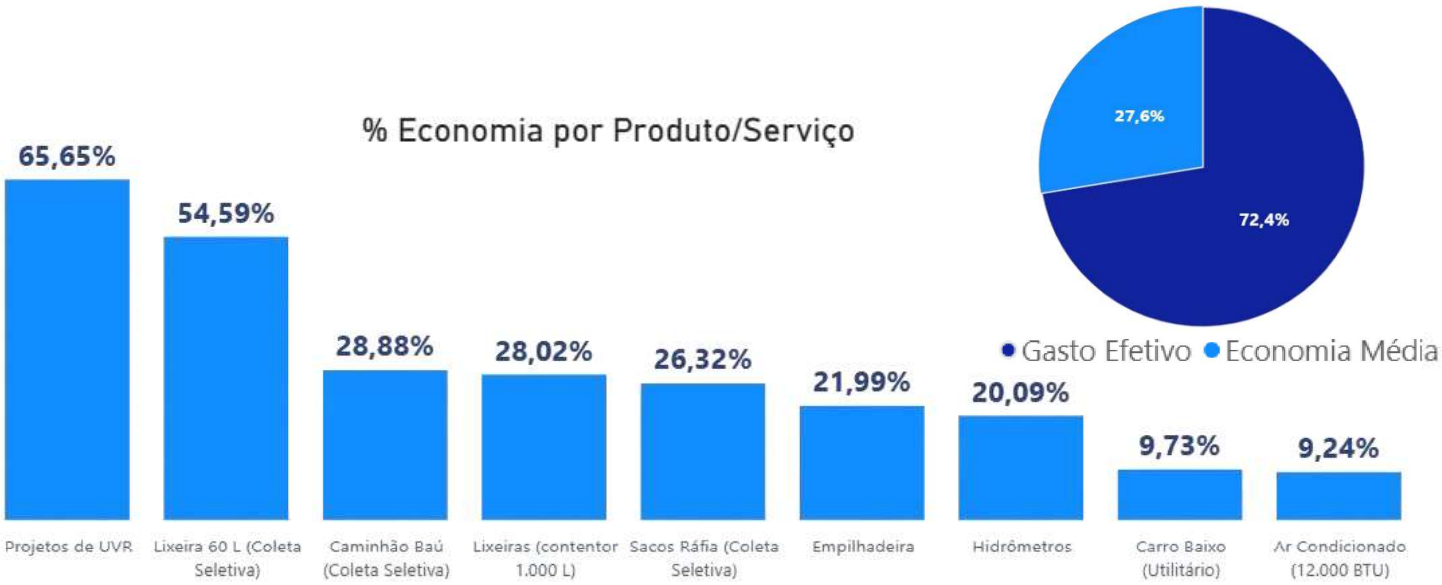
3. GANHOS DE ESCALA EM LICITAÇÕES COMPARTILHADAS

A adoção de licitações compartilhadas por meio do Consórcio proporciona ganhos significativos de escala, permitindo a redução dos custos unitários na aquisição de bens e contratação de serviços, em razão do aumento do volume contratado e do maior poder de negociação junto aos fornecedores. Esse modelo favorece a ampliação da competitividade entre os participantes do certame, resultando em propostas mais vantajosas para a Administração Pública. Além disso, a centralização dos processos licitatórios reduz custos administrativos, otimiza o tempo das equipes técnicas municipais e padroniza especificações, garantindo maior eficiência, segurança jurídica e qualidade nas contratações.

Como exemplo prático, destaca-se o Convênio Expansão de UVRs, que evidencia a eficiência do modelo consorciado quanto à centralização e desburocratização dos processos. Em um modelo descentralizado, seria necessária a formalização de instrumentos, controles e prestações de contas individualizadas com cada município, aumentando o tempo, a complexidade administrativa e os custos operacionais. A atuação do Consórcio como articulador central permite a unificação dos procedimentos, maior celeridade nas aquisições e padronização das contratações, resultando em ganhos de escala e economicidade nos valores dos bens adquiridos.

As informações a seguir possuem caráter exemplificativo e representam apenas parte das aquisições conduzidas pelo Consórcio. Mesmo com valores estimados já reduzidos em função do volume contratado, os resultados obtidos mostraram-se ainda mais vantajosos. De forma geral, a depender da natureza do bem ou serviço, as licitações compartilhadas em grande escala tendem a gerar economia média entre 20% e 30%, evidenciando a eficiência do modelo consorciado na otimização dos recursos públicos.

Processo Adm.	Produto/Serviço	Quantidade	Vlr. Unitário Médio	Total Estimado	Valor Homologado	Total Homologado
153/2024	Sacos Ráfia	720.000	R$ 2,85	R$ 2.052.000,00	R$ 2,10	R$ 1.512.000,00
025/2025	Projetos de UVR	10.000 M^2	R$ 175,97	R$ 1.759.700,00	R$ 60,44	R$ 604.400,00
185/2023	Hidrômetros	18.222	R$ 162,34	R$ 2.958.159,48	R$ 129,72	R$ 2.363.757,84
136/2025	Lixeira 60 L	359	R$ 505,42	R$ 181.445,78	R$ 229,52	R$ 82.396,24
136/2025	Contentor 1.000 L	703	R$ 1.844,17	R$ 1.296.451,51	R$ 1.327,50	R$ 933.232,50
260/2025	Ar-Condicionado	113	R$ 2.258,81	R$ 255.245,53	R$ 2.050,00	R$ 231.650,00
189/2025	Empilhadeira	35	R$ 152.282,22	R$ 5.329.877,70	R$ 118.800,00	R$ 4.158.000,00
131/2025	Carro Baixo	18	R$ 133.354,81	R$ 2.400.386,58	R$ 120.382,78	R$ 2.166.890,04
069/2024	Caminhão Baú	50	R$ 473.844,44	R$ 23.692.222,00	R$ 337.000,00	R$ 16.850.000,00



Por fim, destaca-se que os benefícios da gestão associativa vão além do retorno financeiro direto, abrangendo também o fortalecimento institucional por meio do apoio técnico contínuo e do compartilhamento de experiências entre os municípios consorciados. Muitas das demandas enfrentadas pelas administrações municipais são comuns entre si, o que permite ao Consórcio atuar como um facilitador na disseminação de soluções já testadas e consolidadas em outras realidades, contribuindo para decisões mais seguras, ágeis e eficientes, mesmo quando não se trata de uma atuação direta sobre a demanda apresentada.

Colocamo-nos à disposição para eventuais dúvidas e para quaisquer esclarecimentos adicionais que se façam necessários.

JEFFERSON LAUER VALENDORF:04646567105

Assinado de forma digital por JEFFERSON LAUER VALENDORF:04646567105
Dados: 2026.04.07 11:58:10 -03'00'

JEFFERSON LAUER VALENDORF
Coordenador-Geral